

## ANEXO V

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 8/2026 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE

Unidade solicitante: Seção de Administração Predial (SEAP)

Unidade demandante: Seção de Administração Predial (SEAP)

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A realização de eleições acarreta aumento expressivo das demandas administrativas, operacionais e logísticas de toda a Justiça Eleitoral, especialmente no âmbito das Zonas Eleitorais. A essas unidades compete, entre outras atribuições, a preparação de materiais, mesários e locais de votação, a organização logística do preparo, transporte e recolhimento das urnas, a transmissão dos resultados e a execução de procedimentos correlatos. Por sua natureza, todas essas atividades são intrinsecamente vinculadas ao pleito e concentram-se em prazos certos, curtos e, em alguns casos, fatais.

Em pleitos gerais, como o de 2026, tal conjuntura revela-se ainda mais complexa em razão do crescente rigor exigido a cada ciclo, com vistas à mitigação de riscos nas fases de planejamento e de execução. Com efeito, as exigências institucionais ampliam-se, notadamente quanto aos ritos formais, à participação de autoridades e do público e, por conseguinte, aos deveres de transparência, publicidade e controle, especialmente no que tange aos atos preparatórios de maior relevância e à execução do pleito (dia).

No âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, essa realidade manifesta-se com particular intensidade, uma vez que tais atividades superam a capacidade de absorção do quadro ordinário de servidores das unidades eleitorais, impondo elevada sobrecarga funcional. Esse panorama é significativamente agravado pelas particularidades logísticas decorrentes da ampla extensão territorial do Estado de Rondônia e das condições geográficas de difícil acesso presentes em diversos municípios, cujos deslocamentos dependem de rodovias não pavimentadas, rotas fluviais ou, em situações específicas e no contexto de eleições, de apoio aéreo por meio de helicóptero ou aeronave de pequeno porte. Tais fatores ampliam substancialmente a complexidade operacional, exigindo uma mobilização proporcional de recursos humanos para assegurar a execução regular e tempestiva das atribuições daquelas serventias.

Cumprir destacar que a realidade delineada reflete a experiência institucional verificada em pleitos anteriores e, no contexto das vindouras Eleições de 2026, é corroborada pelas próprias Zonas Eleitorais. Em resposta à consulta específica realizada ([1428126](#)), essas unidades evidenciaram, por meio do expressivo conjunto de solicitações e justificativas apresentadas, a insuficiência da estrutura atualmente disponível para absorver a demanda extraordinária iminente. As manifestações recebidas apontam, de forma convergente, a necessidade de reforço temporário, especialmente nas unidades que apresentam uma ou mais das seguintes características: ampla dispersão geográfica, elevado quantitativo de eleitores, atendimento a múltiplos municípios, distritos e zonas rurais, bem como quadro reduzido de servidores permanentes.

Diante desse contexto, a suplementação temporária de pessoal revela-se indispensável para viabilizar a execução das atividades eleitorais e assegurar o cumprimento dos prazos legais e operacionais. Registre-se que tal medida já foi adotada em pleitos anteriores, notadamente nas Eleições Gerais de 2022 e nas Eleições Municipais de 2024, tendo-se mostrado necessária ao regular funcionamento das Zonas Eleitorais naquelas ocasiões.

#### 3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

( x ) Sim, está alinhada ao [Plano Estratégico 2021 - 2026](#), especificamente no que se refere aos seguintes objetivos estratégicos:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**1. Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**

*"Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais."(p.20)*

Na medida em que:

- i. preserva a capacidade de resposta das unidades eleitorais ante a compressão de prazos e o elevado volume de trabalho inerentes ao pleito de 2026;
- ii. a suplementação da força de trabalho viabiliza o fluxo procedimental e a execução das rotinas administrativas, com vistas ao cumprimento do cronograma eleitoral com a devida agilidade e segurança.

**2. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas**

*"Otimizar a alocação de pessoas considerando as transformações no trabalho e a necessidade de adequação de perfis profissionais." (p.18)*

Na medida em que:

- i. promove a otimização ao permitir que as tarefas administrativas sejam absorvidas pelo *apoio* suplementar;
- ii. assegura que o quadro permanente das serventias possa exercer, prioritariamente, *as atribuições técnicas de maior complexidade (notadamente as de planejamento e decisão)*, com a consequente redução da sobrecarga funcional e a mitigação de riscos à saúde ocupacional.

**3. Promoção da sustentabilidade, acessibilidade, inclusão e diversidade**

*"Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social."(p.20)*

Na medida em que:

- i. a suplementação temporária, delimitada, pontual da força de trabalho promove eficiência, proporcionalidade e sustentabilidade econômica e social;
- ii. viabiliza análise recorrente de práticas sustentáveis e pertinente aplicação institucional.

**3.2 Consta do PCA?**

( x ) Sim. O objeto está previsto no [Plano de Contratações Anual de 2026 \(PCA 2026\)](#), aprovado pela Portaria TRE-RO nº 397/2025 ([1449275](#)), conforme detalhamento a seguir:

I. ID do PCA no PNCP: 04565735000113-0-000001/2026;

II. Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III. Detalhamento por categoria:

a) Tipo: Serviço; ID nº 50;

b) Classe/Grupo: 179981862 – Apoio Adm para as ZEs período Eleitoral;

c) Identificador da futura contratação: 53/2026.

*Última atualização: 11/12/2025*

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

**3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável – PLS serão atendidos com a contratação?**

**Descrever:** \_\_\_\_\_.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ou

( x ) Sem relação com o PLS (**justificar**): em razão de tratar-se de medida temporária, voltada ao atendimento de demanda sazonal e, por consequência, de escopo estrito, vinculado ao pleito eleitoral de 2026, não se inserindo no rol de ações permanentes do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Não obstante, será observado o princípio da sustentabilidade em sentido amplo, mediante a adoção de especificações e ações voltadas, entre outros aspectos, ao uso racional de recursos naturais e materiais, a iniciativas de capacitação e a políticas afirmativas de cunho social, em consonância com as diretrizes e normas deste Tribunal, bem como com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), conforme adotado por este Regional por meio da Instrução Normativa PRES/TRE-RO nº 001/2023 ([0981675](#)).

#### **4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES**

**4.1 Informação sobre contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

**Descrever:** \_\_\_\_\_.

( x ) Não há. Trata-se de medida estritamente autônoma, destinada exclusivamente a suplementar, de forma temporária, a força de trabalho das Zonas Eleitorais durante o período eleitoral estrito.

**4.2 Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (providências preliminares):**

( ) Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: \_\_\_\_\_;

( ) Instalação elétrica: \_\_\_\_\_;

( ) Instalação lógica: \_\_\_\_\_;

( ) Alteração de *layout*: \_\_\_\_\_;

( ) Outra: \_\_\_\_\_.

( x ) Não se aplica.

A execução dos serviços ocorrerá nas dependências das Zonas Eleitorais, que já se encontram devidamente dotadas de infraestrutura física e dos recursos necessários à recepção dos postos de trabalho, conforme constatado em pleitos anteriores.

Não se vislumbra a necessidade de capacitação formal prévia, uma vez que os servidores lotados nas unidades detêm o conhecimento técnico necessário à condução das atividades, comprovado pela experiência acumulada em eleições anteriores. Ressalte-se que, em cada Zona Eleitoral, ao menos um servidor já exerceu tais atribuições em pleitos pretéritos, possuindo condições de atuar como multiplicador na orientação, condução e fiscalização das atividades.

Ademais, eventuais dúvidas de natureza operacional serão dirimidas diretamente pela unidade demandante.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

**Requisitos do negócio:**

São requisitos do negócio, indispensáveis ao atendimento da demanda, [os seguintes](#):



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

1. Suplementação temporária da força de trabalho das 29 Zonas Eleitorais (ZEs) deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), mediante a disponibilização de serviços de apoio administrativo conforme a necessidade de cada Zona, com colaboradores minimamente qualificados e aptos ao atendimento das demandas administrativas relativas ao período eleitoral;
2. Identificação visual padronizada e imediata da equipe alocada, com vistas à segurança institucional, ao controle e à adequada fiscalização da execução dos serviços; e
3. Disponibilização de jornada de trabalho flexível, apta a permitir adequações pontuais, a realização de serviços extraordinários e o deslocamento dos colaboradores, de modo a atender aos picos de demanda e às necessidades operacionais em diferentes localidades, inclusive municípios, distritos e zonas rurais de difícil acesso.

Tais requisitos delineados traduzem a essência da solução necessária ao atendimento da demanda. Como se vê, a configuração proposta não se limita ao reforço quantitativo e temporal da força de trabalho, mas abrange, igualmente, a adaptabilidade operacional, a mobilização logística e a observância de exigências de segurança e transparência.

A previsão de jornada flexível, de serviços extraordinários e de deslocamentos fundamenta-se nos seguintes aspectos:

1. Os serviços extraordinários mostram-se indispensáveis à absorção dos picos de demanda característicos dos períodos críticos do processo eleitoral, notadamente as antevésperas, as vésperas e os dias de realização dos pleitos (1º e 2º turnos). Nesses momentos, as atividades submetem-se a prazos fatais e a ritos que não admitem interrupção, com início em horários certos, mas sem previsão exata de término. Tal constatação extrai-se da análise dos pleitos anteriores de 2022 e 2024 ([1451488](#)) e das manifestações das Zonas Eleitorais ([1428126](#) e [1448161](#)), as quais ratificam a imprescindibilidade desse recurso para a regularidade dos trabalhos e a observância dos prazos legais.
2. Os deslocamentos são indispensáveis para viabilizar o atendimento da integralidade da jurisdição das Zonas Eleitorais, abrangendo municípios, distritos e zonas rurais remotas. Com efeito, a extensão territorial da área de abrangência da Zona Eleitoral, seja do próprio município-sede, com distritos e zonas rurais distantes e/ou de difícil acesso, seja em razão de a Zona Eleitoral exercer jurisdição sobre mais de um município, bem como o quantitativo de eleitores, de locais de votação ou mesmo a existência de quadro de servidores incompleto são fatores que acarretam aumento da complexidade logística, razão por que justificam a previsão desse recurso. Tal constatação extrai-se, igualmente, da análise dos pleitos anteriores de 2022 e 2024 ([1451488](#)) e das manifestações das Zonas Eleitorais ([1428126](#) e [1448161](#)), que ratificam a imprescindibilidade dos deslocamentos para a regularidade dos trabalhos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

A identificação visual consiste no fornecimento de insumos, notadamente camisetas personalizadas e crachás, destinados à identificação dos profissionais envolvidos e à sua vinculação institucional à Justiça Eleitoral. A necessidade desses insumos decorre da própria natureza das atividades a serem executadas, constituindo requisito essencial para o controle de acesso às dependências das Zonas Eleitorais e às seções eleitorais, bem como para a supervisão e a fiscalização das atividades desempenhadas.

Ademais, a identificação visual permite a imediata distinção dos colaboradores em relação ao público em geral e aos fiscais partidários, circunstância relevante diante do aumento expressivo do fluxo de pessoas nos períodos que antecedem e durante a realização dos pleitos, contribuindo para a prevenção de incidentes de natureza operacional e de segurança. Ressalte-se que, nesses períodos, intensificam-se as demandas, o quantitativo de colaboradores e, por consequência, a circulação de pessoas nas dependências das Zonas Eleitorais e nos locais de votação.

**1. Camisetas personalizadas**

As camisetas deverão observar as seguintes especificações técnicas:

- a) mangas curtas, confeccionadas em malha fria de boa qualidade, não transparente, com gola esportiva (modelo tradicional);
- b) personalização por impressão digital direta no tecido (DTG), contendo o nome da empresa na parte frontal e a frase “*A serviço da Justiça Eleitoral*” na parte posterior;
- c) maior durabilidade e secagem rápida;
- d) conforto térmico compatível com o clima do Estado de Rondônia;
- e) cor base branca, visando maior aderência e precisão técnica da impressão.

1.1 Para a personalização das camisetas, foram analisadas duas alternativas técnicas: *silk-screen* (serigrafia) e impressão digital direta no tecido (DTG), conforme comparação constante da Tabela 1. A análise evidencia que a

impressão digital (DTG) constitui a solução mais vantajosa, em razão de sua maior eficiência técnica, menor impacto ambiental, melhor desempenho em lotes reduzidos e adequada relação custo-benefício, em alinhamento aos princípios da eficiência, da sustentabilidade, da economicidade e da vantajosidade, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Tabela 1		
Comparativo entre técnicas de personalização		
Característica	<i>Silk-screen</i> (Serigrafia)	Impressão Digital (DTG)
Processo Produtivo	Exige telas matrizes para cada cor; maior tempo de preparação.	Impressão direta no tecido, sem telas; preparação imediata.
Sustentabilidade	Uso elevado de água e insumos químicos; maior geração de resíduos.	Técnica de menor impacto ambiental e menor desperdício.
Resolução/Fidelidade de Cores	Menor precisão na mescla e transição de cores.	Alta resolução, precisão e fidelidade cromática.
Adequação a Lotes	Ineficiente para lotes pequenos ou variados.	Produção rápida, eficiente e estável em qualquer volume.
Uniformidade Visual	Pode variar conforme a execução.	Maior uniformidade visual entre as peças.
Atendimento ao Interesse Institucional	Menos adequado às necessidades do contrato.	Alinhado à necessidade institucional de rapidez, agilidade e padronização.

▪ Fonte: [Brother International Corporation do Brasil](#)

## 2. Crachá funcional

Os crachás deverão atender às seguintes especificações:

- a) confeccionados em PVC Extracard;
- b) com espessura de 0,75 mm;
- c) formato padrão 54×86 mm;
- d) alça personalizada de 12 mm, com cor e presilha metálica;
- e) identificação contendo nome, cargo e fotografia no formato 3×4.

2.1 As especificações do crachá correspondem às adotadas na contratação realizada para as Eleições de 2024 ([1186648](#)).

### Requisitos de capacitação:

Descrever: \_\_\_\_\_.

( x ) Não se aplica. A equipe designada para a gestão e a fiscalização da contratação é composta por servidores que já detêm experiência na supervisão de objeto similar, adquirida em pleitos eleitorais anteriores.

### Requisitos legais:

A solução deverá observar o seguinte arcabouço normativo:

1. [Lei nº 14.133/2021, 1º de abril de 2021](#) – Estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
2. [Instrução Normativa nº 4, de 28 de março de 2023 \(TRE-RO\)](#) – Institui e disciplina a aplicação do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 às contratações realizadas no âmbito do TRE-RO.
3. [Resolução nº 23.702, de 9 de junho de 2022 \(TSE\)](#) – Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

4. [Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024](#) – Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
5. [Resolução nº 651, de 29 de setembro de 2025 \(CNJ\)](#) – Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário (Lei nº 14.133/2021).
6. [Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG](#) – Estabelece regras e boas práticas para a gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços continuados, com foco em resultados e sustentabilidade administrativa.
7. [Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#) – Regula as relações laborais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços com empregados sob regime celetista.
8. [Lei Complementar nº 123/2006](#) – Dispõe sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Com isso, passa-se ao exame específico de três normas acima elencadas, eleitas para análise por sua pertinência direta à demanda, sem prejuízo da observância das demais.

1. [Resolução TSE nº 23.702/2022, art. 12º](#).

Art. 12. É vedada a contratação de atividades que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - sejam consideradas estratégicas para o Tribunal, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - sejam inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do respectivo Tribunal, salvo expressa disposição legal em contrário, nas seguintes situações:

a) quando se tratar de especialidade extinta ou em extinção no âmbito do Quadro de Pessoal; e

b) quando se tratar de serviço de natureza temporária, devidamente justificado, com indicação dos prazos de início, de etapas de execução, de conclusão, de entrega do objeto, de observação e de recebimento definitivo.

IV - constituam a missão institucional do Tribunal, ressalvados os serviços de natureza temporária, nos termos do inciso III, alínea b, deste artigo.

§ 1º Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Tribunal Eleitoral, especialmente as seguintes atividades de apoio administrativo:

I - ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral; e

II - à organização dos pleitos.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato, exclusivamente como prestação de serviços, sendo vedada a contratação de mão de obra.

§ 4º O Tribunal Eleitoral deverá realizar avaliação periódica das necessidades que motivaram a terceirização da atividade, com vista a identificar novas alternativas que garantam maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Pois bem. A norma estabelece diretrizes obrigatórias relativas ao planejamento, à seleção da solução e à execução. No contexto deste ETP, destacam-se os seguintes aspectos:

1. Política de Terceirização de Atividades

Os [§§ 1º e 2º](#) autorizam a *execução indireta de atividades de natureza material, acessória, instrumental ou complementar, incluídas aquelas de apoio à organização dos pleitos eleitorais*, vedada, em qualquer hipótese, a transferência de responsabilidade decisória ao contratado. Já os [incisos I a IV](#) do referido artigo vedam expressamente a terceirização de atividades que envolvam tomada de decisão, posicionamento institucional, planejamento, supervisão ou controle. *Disso decorre que a solução analisada deve observar que tais atribuições permanecem sob*



*responsabilidade exclusiva da Administração Eleitoral. A demanda em estudo recai exclusivamente sobre atividades de apoio administrativo, conforme delimitado no item 2 deste ETP.*

## 2. Natureza temporária e excepcional da necessidade

O [inciso III, alíneas “a” e “b”](#), autoriza, de forma excepcional, a execução indireta de atividades inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do Tribunal, desde que se trate de especialidade extinta ou em extinção, ou de serviço de natureza temporária, devidamente justificado e acompanhado da definição clara de prazos, etapas e limites de execução. Nessa hipótese, a solução deve observar, *de forma cumulativa*, quatro requisitos. Um: caráter sazonal, com vinculação estrita a período específico da necessidade. Dois: delimitação temporal clara, com definição de início, etapas e término. Três: ausência de caráter permanente, estrutural ou continuado, bem como de substituição ordinária das atribuições do quadro efetivo. O último: natureza instrumental e de apoio, sem conteúdo estratégico, decisório, de planejamento, supervisão ou controle.

Para os fins deste estudo, conforme se extrai da descrição da demanda, as atividades objeto não se enquadram nas hipóteses previstas nas alíneas referidas, por não consistirem em atividades inerentes às especialidades do Quadro de Pessoal do Tribunal.

## 3. Vedação à contratação de mão de obra como objeto

O [§ 3º](#) estabelece que o objeto contratual deve ser definido, de forma expressa, como prestação de serviços, sendo vedada a contratação de mão de obra. Em decorrência dessa diretriz, devem ser observados três critérios. Primeiro, a especificação do objeto deve referir-se a serviços, e não a pessoas. Segundo, a abordagem deve concentrar-se nas atividades, entregas e resultados esperados. Por fim, não pode haver relação direta entre a Administração e os empregados da contratada, individualmente considerados.

Em linhas gerais, a diretriz prevista nesse parágrafo influencia a forma como a solução deve ser concebida, dimensionada e comparada às alternativas disponíveis. Tais temas serão tratados nos itens 6, 7 e 8 deste ETP.

## 4. Avaliação periódica da necessidade e promoção da economicidade

O [§ 4º](#) impõe avaliação periódica das necessidades que motivaram eventual terceirização, com vistas à identificação de alternativas mais econômicas e eficientes. Para fins deste estudo, isso implica:

- a) consideração da experiência de pleitos anteriores;
- b) análise dos dados e manifestações encaminhados pelas Zonas Eleitorais;
- c) exame das alternativas sob critérios de custo, eficiência e proporcionalidade;
- d) indicação da solução que melhor atenda ao interesse público, com risco aceitável e melhor relação custo-benefício.

## 5. Alinhamento às diretrizes gerais de governança das contratações

Destacam-se, em especial:

- a) eficiência, economicidade e sustentabilidade ([arts. 3º e 4º](#));
- b) integração com instrumentos de governança, como Plano de Contratações Anual (PCA), Plano de Logística Sustentável (PLS) e política de gestão de riscos ([art. 5º](#));
- c) planejamento estruturado, com estudos técnicos consistentes, comparações de alternativas, estimativas e justificativas ([art. 23](#)).

Portanto, para os fins deste estudo, a solução deve:

- a) demonstrar aderência da necessidade ao planejamento institucional;
- b) avaliar riscos e impactos de cada alternativa;
- c) demonstrar compatibilidade com instrumentos de governança e metas estratégicas do Tribunal.

## 2. [Decreto nº 12.174/2024](#) e atos correlatos

No que se refere ao Decreto nº 12.174/2024, destacam-se, inicialmente, as instruções normativas editadas em decorrência desse diploma: [IN SEGES/MGI nº 81/2024](#) (Compensação de Jornada); [IN SEGES/MGI nº 176/2024](#) (Custos Mínimos de Remuneração); [IN SEGES/MGI nº 190/2024](#) (Redução de Jornada de Trabalho); [IN SEGES/MGI nº 213/2025](#) (Previsibilidade de Férias); e [IN SEGES/MGI nº 382/2025](#) (Equidade de Gênero).

Sua incidência, conforme dispõe o [art. 1º](#), abrange a execução de contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O [art. 2º](#) estabelece que as garantias nele previstas devem constar de cláusulas contratuais. Dentre essas garantias, destaca-se a do [inciso III](#), que impõe a previsão acerca “da recepção e do tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho”.

Este Tribunal mantém, para atendimento ao público em geral, [canal oficial](#) destinado ao registro de denúncias, solicitações e reclamações, bem como canal especializado, denominado [Ouvidoria da Mulher](#), voltado ao recebimento e ao tratamento de demandas relacionadas à violência contra a mulher, ambos sob responsabilidade da Ouvidoria, os quais se mostram adequados às hipóteses referidas.

Além disso, atuam neste Tribunal, com competência temática específica, as *Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação em Todas as Formas*, às quais se vinculam o [Canal de Denúncias](#), destinado à comunicação de práticas de assédio moral, assédio sexual e discriminação em quaisquer de suas manifestações, e o *Núcleo de Acolhimento, Escuta, Acompanhamento e Orientação de Vítimas*, responsável por acolher, escutar, orientar e acompanhar as pessoas atingidas, com a prestação de apoio médico, psicológico, administrativo e jurídico.

No [Portal de Transparência](#) deste Tribunal encontram-se disponíveis orientações, formulários, endereços eletrônicos, telefones úteis e a composição das comissões, com a indicação de suas respectivas competências.

Ademais, permanecem aptos a receber, registrar, encaminhar e acompanhar eventuais ocorrências verificadas na execução da solução os Fiscais Setoriais, em cada local de execução, e o Gestor, na capital, sem prejuízo dos canais de órgãos externos de fiscalização e controle.

Dessa forma, os mecanismos institucionais supracitados amparam ao disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 12.174/2024.

## 2.1 Compensação de jornada

O [art. 3º](#) do Decreto nº 12.174/2024 prevê que *contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra* devem conter cláusulas que assegurem previsibilidade de férias ([inciso I](#)) e possibilidade de compensação de jornada de trabalho ([inciso II](#)), desde que compatível com a natureza dos serviços, restrita às seguintes hipóteses: diminuição excepcional e temporária da demanda e necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, quando não se mostre eficiente ou conveniente convocar substituto.

A matéria relativa à compensação encontra-se regulamentada pela [IN SEGES nº 81/2024](#), cujo art. 2º reproduz, de forma substancialmente equivalente, o conteúdo do decreto, estabelecendo as hipóteses de adoção. Veja-se:

Art. 2º A compensação de jornada poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

- I - diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- II - necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

Considerando que a execução estimada da solução possui prazo máximo de 1 (um) mês e 25 (vinte e cinco) dias, inexistente viabilidade fática para a ocorrência da hipótese do inciso I, por ausência de período compatível com redução excepcional e temporária da demanda. Ao contrário, a justificativa da necessidade decorre de aumento excepcional e temporário da demanda.

Por outro lado, admite-se, em tese, a aplicação do inciso II, de forma estrita e excepcional, para hipóteses de ausências pontuais e de curta duração, de caráter pessoal do trabalhador, não cobertas pelo [art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#), sempre condicionada a prévia avaliação administrativa de conveniência e oportunidade, sem configuração de direito subjetivo do trabalhador.

A eventual adoção da compensação de jornada ficará condicionada ao atendimento cumulativo dos requisitos legais e administrativos previstos neste ETP e no Termo de Referência (TR), especialmente:

1. manifestação prévia de interesse do trabalhador ao Fiscal Setorial;
2. avaliação fundamentada de conveniência e oportunidade pelo Fiscal Setorial;
3. inexistência de prejuízo à continuidade e à regularidade da execução;
4. ausência de geração de custos adicionais;
5. desnecessidade de acionamento de trabalhador substituto;



6. ciência formal do trabalhador quanto à decisão administrativa;
7. comunicação formal ao Fiscal Administrativo, com indicação do período de ausência, quantidade de horas, forma e prazo da compensação;
8. comunicação do Fiscal Administrativo ao preposto da contratada.

A compensação observará, ainda, os limites do [art. 6º da IN](#) e da legislação trabalhista, notadamente:

1. jornada diária máxima de 10 (dez) horas;
2. acréscimo máximo de 2 (duas) horas à jornada diária regular;
3. vedação a compensação que conflite com legislação trabalhista, convenção, acordo coletivo ou dissídio;
4. vedação a compensação além dos limites legais ou que implique horas extras não previamente autorizadas.

A compensação ocorrerá, preferencialmente, no mesmo mês da ausência. Admite-se, de forma excepcional, o remanejamento do saldo para o mês subsequente, quando inexistir tempo hábil no período original. Veda-se, expressamente, remanejamento para período posterior.

O controle da compensação ocorrerá por meio de:

1. ponto eletrônico da contratada, ou meio equivalente previsto contratualmente;
2. consolidação das informações pelo Fiscal Setorial no Relatório de Fiscalização Setorial, com preenchimento do Anexo III ([1458570](#));
3. acompanhamento dos saldos pela contratada, com comunicação formal ao Fiscal Administrativo.

Na hipótese de não compensação integral no prazo regulamentar, o Fiscal Setorial deverá:

1. registrar o saldo remanescente;
2. sugerir a glosa correspondente na fatura;
3. observar, quanto ao auxílio-transporte e ao auxílio-alimentação, as regras específicas de desconto previstas nos [arts. 9º e 10 da IN](#) e na Convenção Coletiva de Trabalho *aplicável*, nos seguintes termos:

a) Auxílio-transporte

a.1) Quando a ausência corresponder a dia integral, deverá ser verificado se a contratada promoveu o desconto do benefício na fatura. Quando a compensação ocorrer em dia no qual o trabalhador originalmente não trabalharia, e houver necessidade de deslocamento para prestação do serviço, não haverá desconto.

a.2) O monitoramento dessas regras não resultará em glosa financeira em favor da Administração, em razão da estrutura da PCFP, conforme os cenários:

a.2.1) Localidades com transporte público: valor do item na PCFP igual a R\$ 0,00, pois o desconto legal de 6% sobre o salário-base cobre o custo.

a.2.2) Localidades sem transporte público: reembolso fixo mensal indenizatório, conforme parágrafo sétimo da Cláusula Sétima da CCT, sem exigência de comprovação diária para faturamento.

b) Auxílio-alimentação

b.1) desconto somente quando as horas não forem compensadas;

b.2) cálculo conforme Cláusula Sexta e parágrafos da CCT 2024/2025, ou a que a substituir, e conforme [parágrafo único do art. 10 da IN](#).

Cumprе reiterar que a compensação de jornada decorrente de necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores destina-se exclusivamente a viabilizar ausências pontuais, não rotineiras e de curta duração, desde que inexistente prejuízo à execução contratual e inexistente geração de custos adicionais, permanecendo sempre condicionada à prévia e motivada avaliação administrativa de conveniência e oportunidade. *Tal mecanismo, vale repetir, não se configura como direito subjetivo do trabalhador e não se confunde com a compensação de jornada prevista no [art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#).*

## 2.2 Redução da jornada semanal para 40 horas

Merece destaque o [art. 4º do Decreto nº 12.174/2024](#), que prevê possibilidade de redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem prejuízo da remuneração, nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, conforme regulamentação a ser definida pela SEGES. Veja-se o referido artigo:

Art. 4º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo poderá ser reduzida para quarenta horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador.

Parágrafo único. Ato da autoridade máxima da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos especificará os serviços em que a redução estabelecida no caput será realizada.

O dispositivo foi regulamentado pela [IN SEGES/MGI nº 190/2024](#), a qual relaciona os serviços contínuos com dedicação exclusiva aptos à redução. O [art. 2º](#) dessa IN estabelece:

Fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os contratos de prestação de *serviços contínuos* com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços indicados no Anexo I desta Instrução Normativa, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 (destaquei).

Cumprido destacar que, segundo a [SEGES](#), essa IN adota uma perspectiva mais humanizada no tocante às relações cotidianas de trabalho dos profissionais terceirizados no ambiente público, *buscando adequar a jornada laboral das diversas categorias profissionais à realidade de funcionamento dos órgãos e entidades contratantes*. Com efeito, é amplamente conhecido que *a maioria* dos órgãos e entidades da Administração Pública funciona exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, com jornadas diárias de 8 horas, quando não reduzidas a 7 ou 6 horas. *Especificamente, este Tribunal funciona, em regime ordinário, de segunda a sexta-feira, com jornada diária de 7 horas.*

Nada obstante, a norma, ao reconhecer a diversidade de regimes de funcionamento e de demandas existentes na Administração Pública, prevê hipóteses de inaplicabilidade da redução de jornada. De acordo com o [art. 3º](#), ainda que o serviço conste do Anexo I, a redução de jornada não se aplica quando:

- a) houver necessidade de prestação dos serviços *aos sábados ou domingos*, desde que tais serviços ou parcelas do serviço sejam prestados regularmente nesses dias ([p. único art. 3º](#));
- b) o serviço for prestado de forma intermitente; ou
- c) o serviço for prestado em escala de revezamento “12x36” ou “24x72”.

Pois bem. Objeto em vista – serviços de *apoio administrativo* – encontra-se, de fato, previsto no [Anexo I](#) da IN. Ademais, este Tribunal funciona, como regra geral, de segunda a sexta-feira. Tais circunstâncias, consideradas de forma isolada, poderiam, em tese, atrair a incidência da redução da jornada para 40 horas semanais.

Ocorre, todavia, que o objeto em exame destina-se especificamente ao atendimento do período eleitoral, o qual se caracteriza por regime de funcionamento excepcional. Nesse contexto, a jornada de trabalho é ampliada para 8 horas diárias, com previsão de realização de serviços extraordinários e atuação em regime de plantão, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Tal realidade encontra respaldo nas manifestações das unidades diretamente beneficiadas pelo objeto contratual – as Zonas Eleitorais –, que, em resposta à consulta específica realizada, manifestaram-se de forma uníssona pela necessidade de prestação dos serviços aos sábados ([1448161](#)).

Ademais, cumpre reiterar que o objeto contratual possui natureza temporária e sazonal, estando diretamente vinculado ao ciclo eleitoral, *não se caracterizando, portanto, como serviço contínuo em sentido estrito*, requisito primordial para a aplicação da redução de jornada prevista na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024, conforme a interpretação que se adota no presente estudo.

Diante desse conjunto, conclui-se pela inaplicabilidade da redução para 40 horas, devendo ser prevista, no Termo de Referência (TR), a jornada integral de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados.

### 3. [Instrução Normativa SEGES nº 5/2017](#)

Por fim, destacam-se alguns aspectos da IN SEGES nº 5/2017 relativos à formulação e à apresentação de propostas. À luz de suas diretrizes, o ato convocatório deve exigir propostas claras e objetivas, em estrita conformidade com o edital

e anexos, contendo todos os elementos necessários à adequada formação do preço e capazes de influenciar o valor final da contratação.

Nessa perspectiva, o edital deverá prever, como anexos e elementos obrigatórios da proposta, mediante adoção de modelos a serem elaborados e anexados ao Termo de Referência (TR), os seguintes documentos e informações mínimas, indispensáveis à adequada análise de aceitabilidade e, em especial, à aferição da exequibilidade.

I. Modelo de Proposta Comercial, com a discriminação dos preços unitários, do valor mensal e do valor global da proposta, em compatibilidade com o critério de disputa adotado no pregão eletrônico;

II. Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), adaptada às especificidades do objeto, a ser preenchida pelo licitante e utilizada como instrumento auxiliar para a análise da exequibilidade, devendo ser apresentada e examinada no momento da aceitação do lance vencedor;

Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP): documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados. ([Anexo I, XV, IN SEGES nº 5/2017](#)).

Quando se tratar de serviços com fornecimento de mão de obra exclusiva, o modelo de planilha de custos e formação de preços, Anexo VII-D, constituirá anexo do ato convocatório e deverá ser preenchido pelos proponentes para análise da exequibilidade prevista do subitem 7.6. deste Anexo ([Anexo VII-A, item 6, IN SEGES nº 5/2017](#)).

III. Indicação expressa dos sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas, com as respectivas datas-base e vigências, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

IV. Declarações e formulários a serem exigidos no Termo de Referência (TR), conforme modelos a serem elaborados e a ele anexos, incluindo a declaração de enquadramento sindical e de atividade econômica, o termo de confidencialidade e a declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, esta última a ser apresentada quando da análise dos documentos de habilitação..

Deverá constar, ainda, disposição expressa no sentido de que eventuais erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) não constituem, por si sós, motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que a planilha seja passível de ajuste sem majoração do preço ofertado e reste comprovada a suficiência do valor final para a cobertura dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, preservados os custos mínimos decorrentes de encargos legais e da aplicação da legislação trabalhista pertinente, consignando-se, ademais, que não será exigida a juntada dos instrumentos coletivos de trabalho referidos, sendo suficiente a indicação da respectiva fonte e do endereço eletrônico para consulta, sem prejuízo da realização de diligências, quando necessárias, para a verificação da exequibilidade e da conformidade das propostas com o ato convocatório.

### **Na sequência, apresentam-se aspectos legais relevantes por assunto.**

#### **3.1 Regime de participação exclusiva de ME e EPP**

Em caso de licitação, quanto ao regime especial de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), observa-se o que segue.

Nos termos do [art. 48, inciso I](#), da Lei Complementar nº 123/2006, a participação exclusiva aplica-se apenas aos itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

O [art. 48, inciso II](#), da Lei Complementar nº 123/2006 prevê a possibilidade de exigência de subcontratação obrigatória de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), matéria que será analisada especificamente no âmbito do Termo de Referência (TR).

Aplicam-se às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), ainda, os demais direitos assegurados pela Lei Complementar nº 123/2006, observado o disposto no art. 4º, inciso I e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, em especial:

- a) o prazo para regularização fiscal, conforme os [arts. 42 e 43](#) da LC nº 123/2006;
- b) o tratamento diferenciado em caso de empate, previsto nos [arts. 44 e 45](#);
- c) os direitos creditórios estabelecidos no [art. 46](#).

### 3.2 Possibilidade de participação de cooperativas

Em caso de licitação, não se admite participação de cooperativas, por não se revelar compatível com o objeto, uma vez que se trata de *serviços de execução "continuada"*, com organização hierarquizada, definição prévia de postos de trabalho, cumprimento de jornada determinada, observância de rotinas administrativas padronizadas e sujeição direta à fiscalização e às orientações da Administração. Tais circunstâncias evidenciam relação de subordinação operacional, típica de vínculo empregatício, incompatível com os requisitos estabelecidos no [art. 10, incisos I e II, da IN SEGES nº 5/2017](#).

Além disso, a execução do objeto não comporta *modelo de gestão operacional compartilhada ou em regime de rodízio entre cooperados*, tampouco admite a alternância das funções de coordenação, supervisão e preposto, exigidas pelo referido normativo como condição de aceitabilidade da proposta, nos termos do [§ 1º](#) do referido dispositivo.

A propósito, revela-se oportuno citar o entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), consubstanciado nos [itens 64 e 65 do PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU](#), aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU, no seguinte sentido:

“[...] considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar, de modo geral, dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, em que o modelo de execução contratual exija, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Dessa forma, o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, de acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das cooperativas, não tendo o condão de afastar a aplicabilidade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia-Geral da União (AGU).”

### 3.3 Possibilidade de participação de instituição sem fins lucrativos

Em caso de licitação, sendo a solução adotada consistente na prestação de serviços típicos de natureza empresarial, que demandem estrutura operacional própria e a assunção de riscos inerentes à atividade econômica, não se admite a participação de instituição sem fins lucrativos, em razão da vedação expressa contida no [art. 12, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017](#).

### 3.4 Possibilidade de participação de pessoas físicas

Em caso de licitação, não poderão dela participar pessoas físicas, pelas razões a seguir.

Inicialmente, registra-se que a participação de pessoa física em contratações públicas no âmbito federal é disciplinada pela [Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021](#), a qual, em seu [art. 2º](#), considera pessoa física:

*"todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta".*

No caso, tal participação não se revela compatível com o objeto da contratação, em razão da necessidade, entre outros aspectos, de estrutura organizacional (capital social mínimo), capacidade operacional quantitativa (equipe de profissionais) e assunção de obrigações típicas de pessoa jurídica. Tais características se harmonizam com o [parágrafo único do art. 4º da referida Instrução Normativa](#), que excepciona a aplicabilidade da regra geral quando a execução do objeto demandar requisitos incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, nos seguintes termos:

“Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução

do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.”

### 3.5 Possibilidade de participação de Microempreendedor Individual (MEI)

Em caso de licitação, não poderão dela participar Microempreendedores Individuais (MEI), por *ausência de capacidade operacional quantitativa* para a execução de, no mínimo, 29 (vinte e nove) postos de trabalho, circunstância incompatível com a natureza do MEI, restrita à atuação do profissional e à contratação de, no máximo, um empregado, conforme disposto no [art. 18-C da Lei Complementar nº 123/2006](#).

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

#### Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

( ) Apenas a garantia legal (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “*garantia legal*”: 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis ([art. 26, I, e II, CDC](#)).

( ) Garantia complementar à legal (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).

**Justificativa:** \_\_\_\_\_.

( x ) Não será exigida **porque:** o objeto não contempla o fornecimento de bens ou equipamentos. As obrigações da eventual executora limitam-se à execução regular e eficiente dos serviços durante o período de execução, sob fiscalização da Equipe de Gestão e Fiscalização (EGF), responsável pelo acompanhamento do desempenho e da qualidade. Permanece, ainda, a responsabilidade integral da executora pela adequada prestação dos serviços, sob pena de responsabilização nos termos do instrumento aplicável.

#### Requisitos temporais:

Início da execução dos serviços estimado para 1º/9/2026, com término previsto para 25/10/2026, totalizando 55 (cinquenta e cinco) dias.

Tal configuração abrange o período do processo eleitoral em sentido estrito, compreendendo as atividades de preparação e execução, com encerramento previsto coincidindo com a realização do segundo turno.

Ademais, considerando que a vigência contratual deve contemplar período suficiente para o cumprimento das obrigações administrativas subsequentes à execução dos serviços – tais como pagamentos, atestes, recolhimentos previdenciários, encerramento da conta-depósito vinculada e demais providências administrativas correlatas –, estima-se a necessidade de acréscimo de 66 (sessenta e seis) dias após o término da execução.

Desse modo, o prazo de vigência contratual terá início na data da última assinatura das partes e se estenderá até 30 de dezembro de 2026.

Relativamente à entrega dos insumos, estabelece-se prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do início da execução contratual.

Trata-se de prazo essencial e operacionalmente adequado, uma vez que se mostra indispensável à preparação dos insumos e à organização logística de entrega, especialmente diante da eventual necessidade de coleta de medidas, bem como da personalização, produção e distribuição às equipes alocadas em diversos municípios do Estado de Rondônia (RO).

Por tais razões, o Termo de Referência (TR) apresentará o detalhamento dos quantitativos, período e municípios de execução de cada posto, de modo a conferir plena previsibilidade e segurança à execução contratual.





Tratando-se de **registro de preços**: Indicar as datas previstas para as entregas ou início da execução dos serviços: **Não é o caso.**

## CRONOGRAMA DE ENTREGAS OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### Requisitos de Segurança da Informação:

Caso se refira à contratação de TIC, ou tenha correlação com a área de TIC: \_\_\_\_\_.

( x ) Não se aplica. O objeto é de natureza exclusivamente administrativa, não compreendendo, como solução principal, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nem tratamento de dados sensíveis. O manuseio de informações e dados ocorre de forma incidental ao desempenho das atividades de apoio.

### Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:

Os serviços possuem natureza estritamente administrativa e serão executados nas dependências das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO). Em razão disso, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes de sua execução, inexistindo, por exemplo, manipulação de insumos perigosos, geração de resíduos especiais ou utilização de equipamentos que exijam tratamento ou controle ambiental específico.

Nada obstante, o princípio do desenvolvimento sustentável, previsto no [art. 5º da Lei nº 14.133/2021](#), e os normativos aplicáveis impõem a consideração de requisitos de sustentabilidade.

Nesse contexto, destaca-se a [Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021 \(CNJ\)](#), que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Poder Judiciário e orienta a previsão de critérios de sustentabilidade nas soluções, com fundamento nos Planos de Logística Sustentável (PLS).

No âmbito deste Tribunal, o Plano de Logística Sustentável vigente ([PLS 2021-2026](#)) foi instituído pela [Portaria nº 131/2020](#) e atualizado pela [Portaria nº 59/2025](#). Em consulta às ações e estratégias nele previstas, não foram identificadas iniciativas diretamente relacionadas ao objeto. Ainda assim, mostra-se possível e adequada a adoção de medidas mínimas, proporcionais e compatíveis com sua natureza, voltadas à sustentabilidade administrativa e social.

Assim, propõe-se a adoção das medidas a seguir.

#### 1. Medidas de mitigação ambiental (prevenção)

A utilização de sistemas oficiais, tais como Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Compras.gov.br e correio eletrônico institucional, *reduz consumo de papel, energia e outros insumos físicos, em aderência* ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU). Nesse contexto, mostra-se cabível exigir que os procedimentos administrativos relacionados à solução e o respectivo acompanhamento ocorram, preferencialmente, por meios digitais e eletrônicos:

- a) priorizar comunicações eletrônicas com a Administração;
- b) manter, preferencialmente, os registros de frequência, relatórios, ocorrências e demais documentos de acompanhamento na forma digital;
- c) adotar uniformes de maior vida útil, resistentes e de fácil higienização, visando a reduzir substituições;
- d) observar continuamente boas práticas de sustentabilidade ambiental;
- e) orientar e estimular seus prestadores quanto a práticas adequadas de uso racional de recursos, incluindo:
  - i. redução de consumo e desperdício de água, com atenção ao uso das instalações sanitárias e de copa;
  - ii. economia de energia elétrica;
  - iii. separação e destinação adequada de resíduos recicláveis;
  - iv. orientação contínua aos prestadores quanto às práticas de sustentabilidade ambiental adotadas pela Administração.

1.1. Para fins de monitoramento e fiscalização, propõem-se as seguintes formas de aferição, as quais poderão ser acrescidas ou suprimidas no Termo de Referências:

Para *a* e *b*: Verificação por meio da análise do processo de gestão (juntada de documentos), sistemas oficiais e e-mails institucionais;



Para *c*: Conferência física e técnica dos materiais entregues, observando-se os critérios de durabilidade e sustentabilidade especificados;

Para *d* e *e*: Comprovação mediante a apresentação de registros de treinamentos ou orientações fornecidas aos colaboradores, com suporte técnico da Assessoria de Sustentabilidade do Tribunal.

## 2. Medidas Institucionais de Sustentabilidade (Capacitação)

A [Resolução nº 400/2021 \(CNJ\)](#) e o [PLS](#) contemplam iniciativas de capacitação. O [art. 21, inciso IX](#), com redação dada pela [Resolução CNJ nº 641, de 22 de novembro de 2025](#), prevê como critério de sustentabilidade o treinamento de empregados das empresas prestadoras de serviços, nos 3 (três) primeiros meses de execução, para práticas de sustentabilidade, como redução de consumo de energia, água e resíduos, conforme normas ambientais.

Para reforçar a cultura institucional de sustentabilidade, propõe-se incluir, no Termo de Referência (TR), a participação de gestores, fiscais e prestadores no curso [“Sustentabilidade na Administração Pública”](#) (28h), *ofertado gratuitamente* pela Escola Virtual de Governo (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Vale dizer, o referido curso aborda temas alinhados às diretrizes do CNJ e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Para acompanhamento, o Fiscal Administrativo formalizará, no início da execução, os procedimentos relativos a esse requisito e promoverá o registro no processo de gestão.

## 3. Medidas de Sustentabilidade Social

Observância das normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho vigentes, zelando-se pela dignidade do trabalho e pela manutenção das condições de habilitação relativas à regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência da contratação.

Política afirmativa de gênero e diversidade

É importante registrar que este Tribunal confere especial relevância à política institucional de incentivo à participação feminina, à equidade e à diversidade. Em razão disso, e em observância aos normativos aplicáveis, tais diretrizes devem ser consideradas no contexto da solução em estudo:

1. [Resolução nº 255, de 4 de setembro de 2018 \(CNJ\)](#) – Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

2. [Resolução nº 29, de 13 de julho de 2024 \(TRE-RO\)](#) – Regulamenta a Política de incentivo à participação institucional feminina, de equidade e diversidade na Justiça Eleitoral em Rondônia.

Destaca-se:

[Art. 7º](#) As contratações de terceirização do Tribunal devem observar as cotas de gênero e diversidade e inclusão recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme normativos editados por aquele Conselho.

Parágrafo único. Na medida do possível, nas contratações de estagiários(as), serão selecionadas vagas no percentual de 50% para mulheres e 50% para homens.

3. [Portaria nº 244, de 11 de julho de 2024 \(TRE-RO\)](#) – Dispõe sobre a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina nas contratações de empresa prestadora de serviço terceirizado no âmbito do TRE-RO.

Destaca-se:

Art. 2º Durante a elaboração dos estudos técnicos preliminares - ETPs, definido no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, deverão ser apresentados, a partir dos quantitativos de postos pretendidos, os percentuais e os critérios de participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, salvo se aquele documento não for exigível em função de regulamento deste Tribunal.

§ 1º Os percentuais e os critérios de participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em conformidade com esta norma e com o estabelecido no estudo técnico preliminar, quando houver, serão incluídos em cláusula específica do termo de referência - TR ou do projeto básico - PB, definidos, respectivamente, nos incisos XXIII e XXV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4. [Resolução nº 497, de 14 de abril de 2023 \(CNJ\)](#) – Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “*Transformação*” e estabelece critérios para a inclusão de reserva de vagas em contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para pessoas em condição de vulnerabilidade.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5. [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#) - Regulamenta a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6. [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

### 3.1 Paridade de gênero

Em observância à responsabilidade social e inclusiva do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) e ao disposto no [art. 2º, VI, da Resolução CNJ nº 255/2018](#) (redação dada pela [Resolução CNJ nº 540/2023](#)), bem como às normas internas correlatas, impõe-se prever, caso a solução adotada envolva a execução indireta por pessoa jurídica, regra de participação mínima de 50% (cinquenta por cento) de mulheres no quadro de profissionais alocados à execução.

Para fins de composição, considera-se mulher a pessoa cisgênero, mulher transgênero ou pessoa fluida.

Considerando que, *conforme o item 8 deste ETP*, o objeto contempla 52 (cinquenta e dois) postos, estabelece-se reserva mínima de 26 (vinte e seis) postos destinados a mulheres.

Referida exigência terá caráter principal, vinculante e prioritária, a ser atendida desde o início da execução, com fiscalização contínua e registro formal. As demais regras pertinentes, inclusive aquelas previstas na [Portaria nº 244/2024 \(TRE-RO\)](#), serão detalhadas no Termo de Referência (TR), conforme o caso.

### 3.2 Programa Transformação (5%)

Além da paridade de gênero, deve-se observar a aplicação do *Programa Transformação* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela [Resolução CNJ nº 497/2023](#). Esse programa foi instituído com vistas a fomentar a adoção de políticas afirmativas que possibilitem a redução das desigualdades e a inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de *grupos vulneráveis*. Para isso, *estabelece, em seu art. 3º*, que os Tribunais e Conselhos *reservem no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores, para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, assim compreendidas*: mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar; mulheres trans e travestis; mulheres migrantes e refugiadas; mulheres em situação de rua; mulheres egressas do sistema prisional; e mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

Como se extrai do exposto e do disposto no [art. 5º](#) da referida resolução, em leitura conjunta, o *Poder Judiciário Nacional* deve, em seus editais de licitação, estipular reserva mínima de 5% nos contratos cujo objeto se enquadre nessa hipótese. O objeto em estudo compõe-se de 52 postos, razão pela qual se enquadra no requisito quantitativo. Não obstante isso, e embora se trate de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não possui, contudo, natureza contínua, mas sim, como dito, vigência por período certo, curto, com fim específico e delimitado. Ainda assim, entende-se cabível a reserva, dada a sua finalidade e considerando o que será tratado nestes estudos adiante.

Aplicando-se 5% ao total de 52 postos, obtém-se 2,6, o que perfaz 3 (três) vagas, mediante arredondamento. Essas vagas devem, em observância ao referido art. 3º e a seus parágrafos, ser distribuídas conforme segue e, em qualquer hipótese, sempre observando a prioridade de preenchimento com mulheres pretas e pardas (§ 3º):

1. 1ª vaga: obrigatória e prioritária para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (§ 1º);
2. 2ª e 3ª vagas: destinadas às mulheres, nesta ordem:
  - a) em situação de rua;
  - b) migrantes ou refugiadas;
  - c) indígenas, camponesas ou quilombolas;
  - d) mulheres trans e travestis;
  - e) egressas do sistema prisional.

A definição da ordem de prioridade para a segunda e a terceira vagas fundamenta-se na competência atribuída ao Tribunal pelo [§ 2º do art. 3º](#) da referida Resolução. A precedência conferida às mulheres em situação de rua ampara-se no elevado índice desse grupo apontado nos Informes Técnicos do Conselho Nacional do Ministério Público

(CNMP) de [2023](#) e [2024](#). Quanto à posição subsequente para migrantes ou refugiadas, a escolha justifica-se pelo expressivo contingente migratório proveniente da Venezuela que se estabeleceu no Estado de Rondônia, especialmente em sua capital, nos últimos anos.

Os percentuais mínimos ora estabelecidos deverão ser mantidos durante toda a execução contratual, aplicando-se, a ambos, os mesmos procedimentos de fiscalização, bem como os mecanismos de notificação, os prazos e as sanções previstos na [Portaria TRE-RO nº 244/2024](#), no que couber, sem prejuízo das demais penalidades previstas no contrato e em seus anexos.

A ausência de mulheres pertencentes aos grupos vulneráveis, ou que possuam qualificação mínima para a execução do objeto, não caracterizará descumprimento da reserva de 5%, desde que a executora, cumulativamente:

- a) comprove documentalmente a inexistência de candidatas aptas;
- b) registre a tentativa de atendimento; e
- c) apresente justificativa formal à Equipe de Gestão e Fiscalização (EGF), para análise, devido encaminhamento e consequente deliberação.

A análise a ser realizada pela EGF deverá observar os critérios e fundamentos que serão expostos adiante neste Estudos.

A identificação de integrantes de grupos vulneráveis observará proteção de dados pessoais, confidencialidade, não discriminação e efetividade, nos seguintes termos:

I. sigilo absoluto acerca da condição de vulnerabilidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ([art. 4º, § 2º](#))

II. utilização de mecanismos de autodeclaração previstos no TR, ou, alternativamente, de outro meio específico definido pela Administração e igualmente previsto no TR;

III. possibilidade de o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), mediante acordos de cooperação técnica, viabilizar o acesso a cadastros qualificados, com confidencialidade garantida, para facilitar o processo seletivo e a inclusão ([art. 4º, caput, e § 1º](#));

IV. vedação expressa a qualquer discriminação ou estigmatização das mulheres contratadas, devendo a Administração adotar, no que complementarmente necessário, ações internas de sensibilização de fiscais, gestores e equipes ([art. 4º, § 3º](#)).

Por fim, cumpre consignar que a reserva mínima prevista no *Programa Transformação* constitui regra autônoma e acessória, não substituindo nem mitigando o percentual mínimo obrigatório de 50% (cinquenta por cento) de mulheres anteriormente estabelecido.

Nota: Em termos práticos, as 3 vagas destinadas a mulheres em condição de vulnerabilidade (5%) são computadas dentro do total de 26 postos reservados a mulheres (50%). Assim, observada a interseccionalidade, o preenchimento de 26 vagas por mulheres, sendo ao menos 3 delas pertencentes aos grupos vulneráveis e observada a prioridade racial, satisfaz simultaneamente ambas as normas.

### 3.3 Interseccionalidade

Em observância ao [art. 1º, §§ 2º e 5º, da Portaria TRE-RO nº 244/2024](#) e ao [art. 1º da Resolução TRE-RO nº 29/2024](#), deve-se exigir, dentro do possível, que o preenchimento das vagas – tanto no que se refere à paridade de gênero quanto ao *Programa Transformação* – observe perspectiva interseccional, contemplando raça, etnia, origem social, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero.

### 3.4 Flexibilização excepcional

Não obstante os normativos aplicáveis e as conclusões anteriormente expostas, importa reconhecer que a adoção dos percentuais e critérios da política afirmativa de gênero como requisitos absolutamente inafastáveis pode gerar entraves significativos à adequada formação e à execução da relação contratual como um todo. A flexibilização excepcional das referidas exigências revela-se medida prudente e necessária, pelas razões adiante expostas.

Conquanto o quantitativo de postos seja atrativo para as empresas, a essa circunstância contrapõem-se um prazo contratual exíguo, de 55 (cinquenta e cinco) dias, e a distribuição pulverizada dos postos, com a alocação de 2 (dois) postos – ou, em 6 (seis) casos, de 1 (um) posto – em cada um dos 29 (vinte e nove) locais de

execução, correspondentes a 21 (vinte e um) municípios, circunstâncias que tendem a dificultar o atendimento estrito aos percentuais de reserva previstos.

A obtenção de profissionais enquadráveis nos critérios definidos pode enfrentar barreiras concretas de diversas ordens, tais como dificuldades estruturais, decorrentes da limitação na regulamentação e na disponibilidade de cadastros por parte dos órgãos públicos que zelam por essas políticas, e fatores operacionais, relacionados à reduzida disponibilidade de interessadas que atendam aos requisitos legais. Soma-se a isso, repita-se, a distribuição geográfica.

Este Tribunal não dispõe, até o momento, de parcerias formalizadas, seja por meio de convênios, acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos, com instituições públicas, organizações da sociedade civil ou outros organismos e instituições credenciadas que atuem na atenção aos grupos mencionados. A existência de tais instrumentos, nos termos do art. 4º e do § 1º da Resolução CNJ nº 497/2023, possibilitaria que as empresas contratadas tivessem acesso a cadastros qualificados de mulheres em situação de vulnerabilidade que atendessem aos requisitos profissionais necessários ao exercício das atividades objeto do contrato, viabilizando tanto o cumprimento, pela contratada, quanto a exigência e a fiscalização, pela Administração.

Por essas razões, a flexibilização, excepcional e temporária – passível de revisão ao longo da relação contratual, mediante acompanhamento de eventual mudança de cenário – dos percentuais obrigatórios de 50% e de 5%, desde que formalmente justificada, revela-se, como já dito, medida prudente e necessária.

A flexibilização excepcional das regras somente será admitida se a Contratada demonstrar, mediante justificativas, as razões fáticas e operacionais que inviabilizam o cumprimento dos percentuais. Para tanto, deverá apresentar:

- a) comprovação documental da insuficiência de candidatas;
- b) demonstração de esforços razoáveis e proporcionais de recrutamento;
- c) evidências de que a restrição decorre do prazo reduzido ou da oferta insuficiente nas localidades de execução.

Caberá à Equipe de Gestão e Fiscalização (EGF) analisar a documentação, aferir a impossibilidade circunstancial e manifestar-se formalmente. Por se tratar de medida excepcional, a decisão final competirá à autoridade superior, nos seguintes termos:

- a) a flexibilização dependerá de decisão expressa e devidamente motivada da autoridade competente;
- b) a decisão deverá ser precedida de análise técnica da fiscalização do contrato e da documentação apresentada.

A flexibilização observará as seguintes condições:

- a) será admitida exclusivamente em caráter excepcional;
- b) não constituirá precedente para contratações futuras;
- c) limitar-se-á ao período de vigência desta contratação;

Nos termos da Portaria nº 244/2024, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) a proporção de gênero efetivamente alcançada deverá ser registrada nos autos do processo;
- b) quando aplicável, a composição de gênero deverá ser divulgada no Portal da Transparência;
- c) a instrução processual deverá conter relatório detalhado indicando a conformidade ou a impossibilidade de atendimento das exigências estabelecidas.

### 3.5 Critério de desempate por equidade

Registre-se que o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que disciplina a mesma matéria tratada pela Resolução CNJ nº 497/2023, de 14 de abril de 2023 – esta, inclusive, editada pouco mais de um mês depois, com conteúdo substancialmente semelhante –, sofreu alteração em seu art. 3º pelo Decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025. A nova redação substituiu a expressão “*percentual mínimo de oito por cento das vagas*” por “*percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas*”. Embora o percentual previsto no decreto seja mais favorável, a Resolução CNJ nº 497/2023 constitui norma específica, voltada à implementação de política afirmativa própria do Poder Judiciário Nacional; razão pela qual prevalece, segundo ora se entende, no seu âmbito de incidência, como regramento especializado.

Não obstante o exposto, aplica-se o art. 5º do Decreto nº 11.430/2023, segundo o qual o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho constitui critério de desempate em



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

processos licitatórios. A [IN SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#), regulamenta o referido dispositivo, dispondo sobre as ações consideradas para esse fim, bem como sobre os modos de comprovação e aferição. Assim, diante da regulamentação vigente – notadamente do disposto em seu art. 8º, que estabelece a operacionalização do critério por meio dos sistemas oficiais –, tal critério de desempate torna-se inafastável, devendo as regras pertinentes constar expressamente no edital do certame.

**Nota:** Em [18/12/2025](#) a SEGES publicou, em sua página oficial, informativo que, conforme a ementa, **anuncia:** "Nova atualização do sistema permite que ações e programas que promovam a igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho sejam usados como critério de desempate em processos licitatórios."

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

**Requisitos técnicos:**

Os requisitos técnicos associados à solução abrangem:

- a) os parâmetros mínimos de aptidão e conduta exigidos dos profissionais/colaboradores alocados à execução do objeto, com vistas a assegurar a regularidade e a qualidade dos serviços, bem como a observância da neutralidade exigida daqueles que atuam em atividades vinculadas à Justiça Eleitoral; e
- b) a capacidade de gestão, entendida como capacidade operacional, nos aspectos técnico e econômico, para organizar, alocar e gerir profissionais com agilidade, adaptabilidade e padrões adequados.

Parâmetros mínimos de aptidão e conduta dos colaboradores

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) aptidão física e mental compatível com as atividades inerentes aos postos de trabalho;
- c) conhecimentos básicos de informática, especialmente quanto ao uso de editores de texto, planilhas eletrônicas, navegadores de internet e correio eletrônico;
- d) capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e aprendizagem;
- e) urbanidade, cordialidade e autodomínio no trato com o público interno e externo;
- f) escolaridade mínima correspondente ao ensino médio completo;
- g) disponibilidade para eventuais deslocamentos a serviço no âmbito do Estado de Rondônia (RO);
- h) observância estrita da neutralidade político-partidária durante o período de execução contratual;
- i) inexistência de vínculo conjugal ou de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros de direção partidária ou candidatos;
- j) inexistência de vínculo conjugal ou de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com ocupantes de cargos de direção e assessoramento, magistrados, membros ou integrantes do Ministério Público vinculados à Justiça Eleitoral;
- k) idoneidade moral compatível com a natureza das atividades, a ser aferida por meio de documentação pertinente na fase própria da contratação.

Capacidade de gestão sob o aspecto da aptidão operacional

A identificação e o delineamento da necessidade de capacidade operacional e, sendo necessária, a consequente elaboração de parâmetros e critérios objetivos para o seu aferimento e comprovação, tudo sob e com vista ao objeto, devem ser norteados, como se sabe, pelo estritamente necessário à execução do objeto, o qual se identifica à luz de análises de aspectos o vulto, a complexidade do objeto, a essencialidade do serviço e os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

Nesse contexto, devem ser consideradas as seguintes particularidades do objeto em estudo: (i) serviço essencial para seu propósito; e (ii) gestão de postos de trabalho em quantitativo relevante, com alocação dos postos distribuídos por 21 (vinte e um) municípios (locais) do Estado de Rondônia (RO).

Ante isso, e em observância aos princípios da eficiência, da proporcionalidade e da competitividade, compreende-se como patamar mínimo adequado para aferição da experiência e da capacidade operacional a comprovação de 1 (um) ano de execução de serviços similares, bem como a execução simultânea em locais diversos, em número



correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de locais/municípios em que haverá alocação de postos, o que perfaz ao menos 5 (cinco) municípios distintos, considerando que a demanda envolve atuação em 21 (vinte e um) municípios, como já dito.

Com isso, preserva-se a proporcionalidade da exigência, em outros termos, o amplo universo de busca – ou competitividade –, ao mesmo tempo em que se prestigia o princípio da eficiência, *por se tratar de período razoável para aferição da expertise e da capacidade operacional em contrato de curta duração, como o presente, cujo tempo máximo de execução é de 1 (um) mês e 25 (vinte e cinco) dias*. O critério local/município adotado mostra-se, igualmente, adequado e pertinente, na medida em que, para o objeto em análise, a *diversidade geográfica revela-se relevante (estreita-se com o objeto: pertinência e especificidade)*, assim como o *tempo* de execução e o *quantitativo* de postos, exigindo capacidade de coordenação simultânea em diferentes localidades. Ressalte-se que não se está a limitar a exigência a tempos ou locais específicos.

Para fins de síntese, consolidam-se, neste ponto, os seguintes critérios: experiência mínima de 1 (um) ano na execução de serviço similar, com atuação simultânea em, no mínimo, 5 (cinco) municípios distintos, de modo a demonstrar, ainda que em nível mínimo, capacidade de gestão, especialmente quanto a recrutamento, alocação, substituições, controle de pessoal em locais diversos e interlocução com fiscais distintos.

Adequação à IN SEGES nº 5/2017

Caso a solução adotada envolva execução indireta por pessoa jurídica, impõe-se o exame da IN SEGES nº 5/2017, especialmente o Anexo VII-A, item 10, sobre comprovação de aptidão mediante atuação pretérita compatível em características, quantidades e prazos.

Especificamente quanto à aptidão técnica para o desempenho do objeto em contratações de serviços continuados, dispõe que a Administração pode exigir declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local previamente definido (item 10.6, alínea “a”), bem como a comprovação de que já executou objeto compatível, em prazo, com aquele que se pretende licitar, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação (item 10.6, alínea “b”). Tal lapso temporal não precisa ser aferido em uma única contratação contínua, admitindo-se a soma de contratos distintos, inclusive sucessivos e não contínuos, conforme se depreende da leitura conjunta do subitem 10.6.1 com o item 10.6, alínea “b”, em sua parte final.

Ainda, especificamente nas contratações de serviços por postos de trabalho, a norma estabelece que a comprovação da experiência em execução observe os seguintes parâmetros: quando o número de postos a ser contratado for superior a 40 (quarenta), exige-se a execução prévia de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de postos previstos; quando o número de postos a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), admite-se a comprovação mediante a execução de contrato ou contratos em número de postos equivalentes ao da contratação. Para esse caso específico, quanto ao somatório de atestados, serão aceitos aqueles que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a três anos, podendo tais atestados referir-se a períodos sucessivos e não contínuos, inexistindo exigência de que o lapso temporal seja ininterrupto. (*Importante destacar, quanto ao limite temporal, em âmbito de lei, que a Lei nº 14.133/2021, em seu § 5º, ao tratar de serviços contínuos, sem especificar se com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, fixa o prazo de 3 (três) anos como limite máximo; e, em âmbito jurisprudencial, o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), consubstanciado no Acórdão nº 2.076/2023 - Plenário*).

Por fim, a própria norma (Instrução Normativa SEGES nº 5/2017) prevê, no item 12, que, justificadamente, e a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira constantes do Anexo VII-A podem ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados relevantes para a contratação, observado o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.

No caso, importa reiterar que o objeto em estudo não se caracteriza como serviço contínuo, mas como serviço de tempo certo, curto, ainda que executado sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Não obstante, a Administração deve *“certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui Know-how (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas, com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, sob pena de perecer o critério objetivo da proposta mais vantajosa (Parecer Jurídico nº 147/2025/AJSOFC, 31, VIII, g3, IV, (1184367)).”*

Nesse cenário, revela-se essencial a exigência de experiência mínima na execução de serviços similares, bem como que tal experiência envolva a gestão de quantitativo compatível de postos de trabalho. Para esse propósito, mostra-se adequado e proporcional adotar o percentual de 50% (cinquenta por cento), por estar em consonância com o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e com os itens 10.6, alínea “c”, subalínea “c.1”, e 12 na Instrução Normativa nº 5/2017 da SEGES.



Assim, considerando as premissas anteriormente sintetizadas (tempo e espaço), bem como o permissivo constante da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (ex.: [Acórdão nº 3.104/2013 - Plenário](#)) e tudo o mais consolidam-se, para fins de qualificação técnico-operacional, os seguintes critérios: *comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na execução de serviço similar (tempo), com gestão de postos em quantitativo correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos no objeto (quantidade), e atuação simultânea em, ao menos, 5 (cinco) municípios distintos (espaço).*

Por fim, registre-se que: (i) não se exige identidade entre os postos anteriormente executados e os pretendidos, sendo suficiente a comprovação de experiência em postos equivalentes nas áreas administrativa ou operacional, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no [Acórdão nº 1.589/2024 – Plenário](#); e (ii) a exigência relacionada à atuação em locais diversos não se mostra limitadora, ao menos não desproporcional, porquanto é prática comum na Administração Pública a celebração de contratos com ampla capilaridade geográfica. A esse propósito, cita-se o contrato anteriormente celebrado para as Eleições de 2024, bem como o contrato vigente deste Tribunal relativo à prestação de serviços de limpeza, com postos distribuídos em iguais localidades, além de contrato mantido pela Subseção Judiciária Federal de Rondônia, todos celebrados com empresas distintas, e cujos documentos juntados a estes autos.

Capacidade de gestão sob o aspecto da *aptidão econômica*

Sob o aspecto econômico-financeiro, a capacidade de gestão assume relevância em virtude da dinâmica financeira da execução, que impõe ao executor a necessidade de suportar, com recursos próprios, obrigações financeiras substantivas e antecipadas. Tais obrigações abrangem, notadamente: *o adimplemento mensal da folha de pagamento, a antecipação de diárias e despesas de deslocamento, o custeio de serviços extraordinários e a aquisição de insumos* necessários à prestação dos serviços. O ressarcimento desses valores por parte da Administração ocorre, como se sabe, apenas após a efetiva prestação mensal do objeto e o regular processamento administrativo de recebimento, liquidação e pagamento, observando-se estritamente os prazos e ritos estabelecidos no instrumento contratual.

Diante dessas razões, e considerando que, embora o valor global estimado da contratação seja de R\$ 1.041.882,82, os valores mensais estimados relativos aos postos de trabalho atingem, com a inclusão proporcional de horas extraordinárias e diárias, R\$ 581.628,79 no mês de setembro e R\$ 636.475,60 no mês de outubro — sem olvidar o entendimento ampliativo do Tribunal de Contas da União (TCU), consubstanciado no [Acórdão nº 2724/2025 - Plenário](#) –, propõe-se aferir as seguintes condições mínimas de saúde financeira, consideradas suficientes para assegurar a adequada execução contratual:

- i. deve-se aferir que o potencial executor não se encontra em situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, dissolução ou liquidação, por se tratar de circunstâncias que evidenciam fragilidade econômico-financeira incompatível com a necessidade de suportar obrigações financeiras substantivas e antecipadas;
- ii. deve-se aferir a suficiência de liquidez e solvência do potencial executor, de modo que demonstre capacidade de honrar compromissos de curto e de longo prazo sem comprometer a execução do objeto, exigindo-se, como parâmetro mínimo, índices econômico-financeiros de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um). Caso qualquer desses índices não atinja o patamar mínimo aceitável, deve-se aferir, como condição substitutiva, a existência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como medida de mitigação do risco de inadimplemento durante a execução.
- iii. deve-se aferir a compatibilidade entre os compromissos já assumidos pelo licitante e sua capacidade econômico-financeira disponível, a fim de verificar se a execução do objeto poderá ser suportada sem sobrecarga operacional ou financeira, prevenindo-se a assunção de obrigações acima da capacidade real do executor, com risco de atrasos, descumprimentos e interrupções na prestação dos serviços.

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório

Conforme o [item 10.6, alínea “a”, do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017](#), a Administração pode, quando necessário, exigir declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local previamente definido.

No caso, a natureza e a configuração do serviço, sobretudo se considerado o delineado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no [Acórdão nº 1.176/2021 – Plenário](#), evidenciam não ser cabível nem necessário exigir instalação de escritório no município de Porto Velho (RO) ou em qualquer local de execução.

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

### Metodologia de trabalho e implantação da solução:

Local de entrega: *Não é o caso. Trata-se de prestação de serviços.*

Local de execução dos serviços: Os serviços serão executados nas [sedes](#) das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior, localizadas em 21 (vinte e um) municípios do Estado de Rondônia.

Outros aspectos relevantes:

( x ) Não se aplica. *Simple execução da solução.*

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 6.1 Consultas e estudos realizados:

#### AÇÃO

( x ) Consulta a fornecedores. Documentação gerada (e-mails, relatórios, atas de reuniões, orçamentos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:**

1. Foram elaboradas pesquisas de preços referentes aos insumos *camiseta* e *crachá*, conforme segue:

- Pesquisa de Preços nº 3/2025 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1446304](#));
- Pesquisa de Preços nº 4/2025 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1446361](#)).

Realizou-se consulta parametrizada no SICAF acerca de fornecedores habilitados ao fornecimento, considerando como parâmetros:

- Unidade Federativa: Rondônia (RO);
- Linhas de fornecimento compatíveis com:
  - confecção, bordado, aviamento, fardamento e camisetas;
  - confecção de crachás.

Documentos obtidos:

- Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores – Crachás ([1446597](#));
- Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores – Camisetas ([1446594](#)).

Encaminhamentos e reiteraões de e-mails aos fornecedores, conforme registros:

- [1446628](#), [1446657](#), [1448164](#), [1448165](#), [1449515](#), [1449516](#), [1450840](#), [1453258](#) e [1455818](#).

Complementarmente, foram obtidos junto à Seção de Almoxarifado (SEALM) contatos de fornecedores sediados em Porto Velho (RO), já utilizados e consultados por aquela Seção e por sua Coordenação em processos administrativos anteriores com objetos semelhantes. Os respectivos dados encontram-se juntados aos autos no evento [1456420](#).

Respostas recebidas: [1454048](#) e [1455851](#).

Resultado: Levantamento de preços de mercado consolidado no documento Resultado de Pesquisa de Preços nº 3 e nº 4/2025([1453859](#)).

2. Foi elaborada pesquisa de preços com vistas à coleta de valores unitários de passagens rodoviárias intermunicipais, destinada à estimativa do valor a ser reservado para esse elemento, atrelado às diárias, cujas etapas de consulta, compilação, análise e respectivos resultados constam do documento *Pesquisa de Preços nº 5/2025*, juntado ao evento nº [1459768](#).

( x ) Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada (e-mails, Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:**

1. Realizou-se consulta ao [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) com o objetivo de verificar contratações de objeto semelhante realizadas pela Administração no âmbito dos Estados de Rondônia e do Amazonas. A medida visou à obtenção da média aritmética dos percentuais efetivamente praticados em contratações executadas ou em execução ([1456542](#)).

( x ) Consulta Paineis de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:**

1. Foram realizadas pesquisas de preços relativas aos insumos *camiseta* e *crachá* junto a órgãos da Administração Pública, com a finalidade de complementar a pesquisa realizada com fornecedores privados, ampliando a base comparativa e conferindo maior robustez à estimativa de preços. O relatório consolidado da pesquisa encontra-se formalizado no documento “*Pesquisa de Preços – Contratações Similares na Administração Pública*”, constante do evento [1450849](#).

Resultado:

Relativamente à consulta acerca dos insumos, tanto junto a fornecedores quanto junto à Administração, os detalhes e as análises constam do ICVEC ([1434148](#)). A seguir, apresentam-se os valores finais obtidos:

Tabela 2						
Item	Descrição				Und.	Qtd.
1	CRACHÁ FUNCIONAL: confeccionado em PVC Extracard, com espessura de 0,75 mm, no formato padrão 54×86 mm, acompanhado de alça personalizada de 12 mm em uma cor e presilha metálica.				Un	52
2	Camisa manga curta, em malha fria de boa qualidade, não transparente, gola esportiva (modelo tradicional). Personalização obrigatória: (a) nome da empresa na parte frontal; (b) frase “A serviço da Justiça Eleitoral” na parte posterior. Cor definida pelo TRE-RO.				Un	104
Resultado						
Valor estimado média final		Item 1	Valor Unitário	R\$ 26,75	Valor Total	R\$ 1.391,00
		Item 2	Valor Unitário	R\$ 56,11	Valor Total	R\$ 5.835,44
Valor total dos Insumos					R\$ 7.226,44	

Relativamente à consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com o objetivo de verificar contratações de objeto semelhante realizadas pela Administração no âmbito dos Estados de Rondônia e do Amazonas, *os detalhes e as análises constam do ICVEC ([1486818](#))*. A seguir, apresentam-se os valores obtidos e os percentuais adotados.

Tabela 3					
POSTOS					
Contratações similares na Administração Pública					
Órgão	Instrumento	Observações	Categoria Valor (R\$)	Custos Indiretos	Lucro
TRE-AM	Contrato nº 13/2025 <a href="#">1456542</a> pp. 122 a 343	Postos alocados na Capital. Quantidade reduzida (total de 17 postos). Vigência de 12 (doze) meses, prorrogável.	Assistente Administrativo - R\$ 7.940,69 e outras categorias.	7,00%	5,00%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

TRE-RO	Contrato nº 27/2025 e 1º Termo Aditivo - <a href="#">1458805</a> , pp. 41 a 78	Postos alocados no interior, em todas as Zonas Eleitorais (ZEs). Quantidade de 21 postos. Vigência de 24 meses. Renovado em novembro de 2025.	Servente de Limpeza – R\$ 5.422,71	3,00%	3,86%
TRE-RO	nº 26/2024 <a href="#">1456542</a> pp. 344 a 393	Objeto similar. Contratação vinculada às Eleições de 2024.	Auxiliar Administrativo - R\$ 7.316,85	<a href="#">2,66%</a>	<a href="#">3,20%</a>
Média				4,22%	4,02%

( x ) Estudos técnicos. Documentação gerada (relatórios, estudos, outros). **Descrever e indicar os eventos:**

1. Estudos acerca da necessidade da demanda junto às unidades interessadas:

- Informação nº 291/2025 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1412186](#)) e Remessa nº 633/2025 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1421751](#)): documentos que apresentam análise preliminar do objeto, estimativa orçamentária inicial, justificativas e constituição da equipe de planejamento; consolida dados e informações essenciais à caracterização da necessidade.
- Resultado do Levantamento das Necessidades ([1428126](#)), que identificou o quantitativo de postos, horas extras e diárias necessários.
- Informação nº 61/2026 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1486816](#)): consolida dados e informações acerca das opções das Zonas Eleitorais (ZEs) quanto ao quantitativo e aos tipos de postos.
- Resultado do Levantamento de Diárias ([1451488](#))
- Resultado do Levantamento de Postos ([1454788](#))

2. Estudos acerca da jornada de trabalho

- Solicitação nº 141/2025 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1446165](#)): consulta dirigida às Zonas Eleitorais para obtenção de informações sobre a necessidade de labor aos sábados, visando à análise da aplicabilidade de normas relativas à redução ou não da jornada, bem como sobre tarifas de transporte coletivo. As respostas foram consolidadas no Resultado – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1448161](#)).

( ) Não obrigatório. justificar: \_\_\_\_\_

## 6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

**Descrição da Solução 1:** Utilização Exclusiva do Quadro Permanente de Servidores.

### Solução

A utilização exclusiva do quadro permanente de servidores, mediante realocação temporária, seja por todo o período, seja apenas nas vésperas do pleito, não se revela medida adequada nem eficaz para suprir a demanda, pelas razões a seguir expostas.

I - O quadro permanente de servidores é insuficiente para absorver o acréscimo no volume de tarefas por meio de realocações de servidores entre as próprias Zonas Eleitorais, uma vez que esse aumento ocorre em todas elas, em maior ou menor grau, a depender de suas particularidades, porém certo em todas e extraordinário em seu campo.

II - De igual modo, a realocação temporária de servidores lotados na Sede para atuação nas Zonas Eleitorais implicaria o desguarnecimento de uma unidade para suprir outra. É consabido que diversos setores do Tribunal já operam com quadro reduzido para o atendimento de suas demandas ordinárias, situação que se agrava no período eleitoral, quando há intensificação generalizada das atividades. Soma-se a isso o fato de que inúmeras atribuições e procedimentos são executados por comissões compostas por servidores da Sede, o que absorve praticamente a totalidade desse quadro. Esses servidores atuam tanto em ações de longa duração quanto em atividades concentradas nas vésperas do pleito, prestando serviços na própria Sede ou fora dela, inclusive com deslocamentos às Zonas Eleitorais.

Atendimento aos Requisitos

- Não atende aos requisitos, porquanto o quadro permanente de servidores é insuficiente, não sendo possível supri-lo por meio de realocação de servidores entre as Zonas Eleitorais ou entre a Sede e as Zonas, pois isso implicaria, em síntese, o desguarnecimento da unidade de origem, que já carece de pessoal para o atendimento de suas próprias demandas ordinárias e, mais ainda, das extraordinárias que igualmente ocorrem em todas elas.

#### Vantagens e Desvantagens da Solução

##### *Vantagens:*

- Inexistência de custo direto decorrente da contratação de terceiros (custo "zero" de contratação externa).

##### *Desvantagens:*

- Comprometimento da regularidade das atividades essenciais e risco de descumprimento dos prazos legais.
  - Sobrecarga de trabalho e desvio dos servidores efetivos de suas atividades finalísticas, mais estratégicas e de planejamento, fazendo-os ocupar-se com mero expediente administrativo ou operacional, sem complexidade.

#### Valor Estimado:

- Inaplicável.
  - A solução não é financeiramente mensurável em termos de custo de contratação, mas acarreta custo indireto decorrente do risco operacional e da ineficiência, além do elevado custo já ordinário com diárias e horas extras no caso de realocação interna de servidores.

#### Solução Escolhida:

( ) Sim

( X ) Não.

Justificativa técnica e econômica da rejeição: Descartada por ser inviável técnica e operacionalmente, dada a insuficiência crônica do quadro permanente de servidores para lidar com o volume excepcional de atividades eleitorais.

#### **Descrição da Solução 2:** Requisição e/ou cessão de Servidores.

##### Solução

A requisição e/ou cessão de servidores constitui um instrumento legítimo de cooperação administrativa e é uma prática comum nesta Justiça Especializada para reforço de pessoal. Contudo, a dependência exclusiva desse modelo não se mostra suficiente para atender ao volume extraordinário e concentrado de demandas do período eleitoral.

##### Atendimento aos Requisitos

- A solução mostra-se insuficiente para atender ao objeto, em razão:

do curto período de execução da demanda;

do elevado volume de demandas administrativas e operacionais;

da natureza das atividades, que envolvem serviços de menor complexidade em comparação àqueles atribuídos aos cargos públicos efetivos, os quais exigem maior qualificação educacional e possuem remuneração superior, ressalvadas situações pontuais.

As Zonas Eleitorais já contam, ordinariamente, com servidores cedidos e requisitados. Todavia, a requisição adicional, ainda que juridicamente possível nos termos da legislação aplicável, a exemplo do Código Eleitoral (CE) e da [Resolução do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\) nº 23.523/2017](#), e ainda que efetivamente utilizada,

não se mostra suficiente para absorver a sobrecarga de trabalho, conforme demonstrado pela experiência acumulada em pleitos anteriores.

#### Vantagens e Desvantagens da Solução

##### Vantagens:

- Não gera despesa direta de pessoal para o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), ao menos quando se trata de requisição de servidores.

##### Desvantagens:

- Morosidade e complexidade dos procedimentos de requisição e cessão.
  - Dificuldade de atendimento em razão da escassez de pessoal nos órgãos públicos em geral.
  - Limitação quantitativa e temporal para suprir o pico de demandas administrativas do período eleitoral.

#### Valor Estimado

- Não se aplica (custo zero de contratação).
  - O custo é zero de contratação, nos termos delineados pela legislação eleitoral e resoluções do TSE.

#### Solução Escolhida

( ) Sim

( X ) Não.

Justificativa técnica e econômica da rejeição: Descartada por ser insuficiente, morosa e incerta. A dependência exclusiva de requisições e/ou cessões comprometeria o cumprimento do cronograma eleitoral, a regularidade das atividades e a eficiência dos serviços.

#### **Descrição da Solução 3:** Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (Terceirização)

##### Solução:

Solução apresentada pelo mercado

O mercado disponibiliza duas soluções para essa tipologia de prestação de serviço:

- Postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra;
- Postos de trabalho sem dedicação exclusiva de mão de obra (ou sob demanda).

Da IN SEGES nº 5/2017, destaca-se:

*"excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação ([2,6, d.1.2, Anexo V](#));*

*na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório ([2,6, d.1.3, Anexo V](#))."*

Do Tribunal de Contas da União, destaca-se:

[Acórdão nº 992/2023 - Plenário:](#)

["Enunciado](#)



*É irregular a contratação de serviços por postos de trabalho com exigência de dedicação exclusiva ou número de horas mensais, em detrimento de forma que permita a mensuração por resultados para o pagamento da contratada, sem justificativa que demonstre, de modo individualizado, para cada posto de trabalho, que é o modelo mais vantajoso para a Administração (Anexo V da [IN Seges/MP 5/2017](#)).*

[...]

*9.3.4. exigência de postos de trabalho com dedicação exclusiva e/ou número de horas mensais, conforme item 10.2.12 do termo de referência e Anexo II do edital, em detrimento de forma que permite a mensuração por resultados para o pagamento da contratada, sem as devidas justificativas, demonstrando, de forma individualizada, para cada posto de trabalho exigido, que é o modelo mais vantajoso para a Administração, em afronta ao Anexo V da IN - Seges/MP 5/2017 e à jurisprudência do TCU;"*

Pois bem. A análise da demanda evidencia a *necessidade de alocação dos postos em tempo integral* nas unidades de trabalho durante todo o período de execução. Trata-se, portanto, de prestação de serviços não continuados que, ainda assim, exige a alocação contínua dos empregados da contratada nas dependências das unidades eleitorais deste órgão, com dedicação exclusiva de mão de obra, no período de intensificação das atividades atinentes às Eleições de 2026, aqui compreendido entre 1º/9/2026 a 25/10/2026. Com isso, isto é, com a disponibilização dos postos nessas condições, somada à previsão de horas extras e diárias, tem-se reforço adequado para o atendimento da demanda.

Esse modelo de contratação vem sendo adotado por este Tribunal em demandas pretéritas de mesma natureza e, igualmente, guardadas as particularidades de configuração decorrentes do objeto, em outras demandas ordinárias. Ademais, trata-se de modelo consolidado em inúmeras contratações realizadas pela Administração Pública em geral e, no mesmo sentido do presente objeto, por outros Tribunais Regionais Eleitorais.

No âmbito deste Tribunal, vale dizer, tal modelo tem se mostrado eficaz quanto à execução e à produtividade. Soma-se a isso o resultado da consulta realizada às Zonas Eleitorais, que corrobora essa necessidade ao indicar a demanda por postos de apoio administrativo com dedicação exclusiva, bem como por horas extras e diárias, conforme registrado no documento nº [1428126](#).

Categoria profissional adequada

De acordo com o disposto nos [inciso I e II do art. 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024](#), nas contratações de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve ser identificada a categoria profissional responsável pela execução do serviço a ser contratado, conforme definição constante da *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*, bem como o *Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo* que servirá de paradigma para a composição dos custos relativos à referida categoria profissional na localidade de execução do contrato.

À luz da [Classificação Brasileira de Ocupações \(CBO/2010, pp. 696-697\)](#), a categoria que melhor se adequa ao objeto é a de Auxiliar Administrativo, classificada sob o código 4110-05, cuja descrição sumária geral para o código 4110 compreende:

*Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades.*

A formação e a experiência profissionais exigidas para esse grupo ocupacional são:

*Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5. 598/2005.*

As condições gerais de exercício são as seguintes:

*Trabalham nos mais variados ramos de atividades públicas ou privadas. São empregados com carteira e se organizam em equipe, tendo supervisão ocasional. O ambiente de trabalho é fechado e o horário é diurno. A categoria de "auxiliares" foi extinta nos órgãos públicos e suas funções são realizadas pelos assistentes administrativos. Já no caso da área privada, a categoria de "auxiliares*

*e ajudantes” parece estar em processo de extinção e suas funções sendo incorporadas pelos assistentes ou pelos estagiários. Os agentes de microcrédito atuam junto às comunidades, em ambientes abertos.*

Portanto, podem, em síntese, exercer as seguintes atribuições:

1. Apoio na recepção e distribuição de documentos, materiais e bens;
2. Apoio na conferência, armazenamento e registro dos materiais e bens;
3. Elaborar e alimentar planilhas;
4. Zelar pela conservação, organização, embalagem e qualidade dos materiais e bens;
5. Apoiar a execução da logística de armazenagem e distribuição de materiais e bens;
6. Apoiar a movimentação e transporte de material dos Cartórios Eleitorais, incluindo as Urnas Eletrônicas;
7. Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados sob sua responsabilidade;
8. Prestar apoio aos eventos de preparação das eleições;
9. Apoio na organização, entrega e recepção de materiais das mesas receptoras de votação;
10. Apoio na vistoria em locais de votação;
11. Apoio na organização em locais de votação;
12. Prestar apoio às seções eleitorais no dia da eleição;
13. Prestar apoio na transmissão dos resultados da eleição;
14. Apoio nas atividades administrativas dos cartórios eleitorais;
15. Prestar outros serviços correlatos, dentro das atribuições contidas no CBO, mediante solicitação e orientação do TRE-RO.

Conclui-se, portanto, que a categoria de Auxiliar Administrativo possui plena competência técnica para o atendimento da demanda.

No Documento de Formalização da Demanda (DFD), item 4 (Quantidade a ser contratada), estimou-se preliminarmente a contratação de um posto de Auxiliar Administrativo por Zona Eleitoral, além de um posto de Supervisor Administrativo, consignando-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) promoveria o ajuste e a definição final do quantitativo necessário.

Pois bem, o posto de Supervisor Administrativo, classificado sob o código CBO 4101-05, possui atribuições voltadas à supervisão e coordenação das rotinas administrativas, à intermediação e controle das atividades dos demais postos, ao acompanhamento das ordens de serviço, dos registros e dos controles necessários ao faturamento, bem como à adoção de providências relativas a atividades extraordinárias e deslocamentos.

*Nos termos da CBO ([pp. 692-693](#)):*

*DESCRIÇÃO SUMÁRIA Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensagens, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.*

Todavia, considerando que os postos estarão distribuídos entre as 29 Zonas Eleitorais, cada uma com Fiscal Setorial designado, além da existência de Fiscal Administrativo, Gestor do Contrato e Preposto, cujas atribuições deste segue na sequência, verifica-se que a função de supervisão já se encontra suficientemente coberta.

São atribuições do Preposto:

- a) atuar como interlocutor oficial entre a contratada e a Administração, especialmente perante o Fiscal do Contrato, responsabilizando-se por acompanhar a execução contratual e assegurar a conformidade integral dos serviços prestados, adotando todas as medidas necessárias para que os empregados da contratada executem suas atividades de forma adequada, eficiente e em conformidade com as determinações administrativas;
- b) tomar ciência formal e tempestiva de todas as comunicações, registros, recomendações, determinações e anotações realizadas pelo Fiscal do Contrato, promovendo as correções necessárias e saneando eventuais falhas, omissões, inconformidades ou defeitos identificados;

c) manter comunicação constante, eficiente e documentada com o Fiscal do Contrato, reportando quaisquer ocorrências técnicas, operacionais, administrativas ou funcionais, bem como informando e solicitando, quando pertinente, providências relacionadas à prorrogação contratual, repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração contratual ou aditivos, observadas as normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Acresce-se que a contratação do posto de Supervisor Administrativo implicaria aumento de custos, inclusive em razão da obrigatoriedade, prevista na Cláusula Trigésima da CCT 2024/2025 ([1448016](#)), de realização de curso de relações humanas, a ser incorporado como insumo na planilha de custos. Ademais, nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, especialmente em seus [arts. 5º, II, parágrafo único](#), e [8º](#), as tarefas essenciais e previamente descritas no contrato podem ser objeto de notificação direta ao trabalhador pela Administração, sem que isso configure ingerência ou exercício de poder hierárquico.

Diante desse contexto, não se evidencia a necessidade nem a vantajosidade econômica da contratação do posto de Supervisor Administrativo.

Atendimento aos requisitos:

- Atende integralmente aos requisitos da contratação, ao suplementar a força de trabalho, em regime temporário, com foco nas atividades administrativas e operacionais acessórias exigidas pelo pleito eleitoral.

Vantagens e Desvantagens da Solução

*Vantagens:*

- Atendimento eficiente e comprovado — com base na experiência de pleitos anteriores.
  - Liberação, ou ao menos maior disponibilidade de tempo, dos servidores efetivos para dedicação às atividades finalísticas do processo eleitoral.

*Desvantagens:*

- Custo financeiro da contratação.
  - Necessidade de gestão e fiscalização rigorosa do contrato, tendo em vista a responsabilidade solidária da Administração pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos encargos trabalhistas, nos termos do [§ 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021](#).

Valor Estimado

Tomando por base o Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 ([1448019](#)), o valor de referência do posto corresponde a R\$ 4.012,39 (quatro mil e doze reais e trinta e nove centavos).

A composição do custo contempla, ainda, os seguintes itens:

- Benefícios
  - Auxílio-alimentação no valor de R\$ 626,94 (seiscentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos).
  - Auxílio-transporte, variável conforme a tarifa local vigente e, nos locais desprovidos de transporte coletivo regular, valor fixo de R\$ 139,72 (cento e trinta e nove reais e setenta e dois centavos).
- Indenizações
  - Diária no valor de R\$ 374,25 (trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), aplicável nos casos de necessidade de deslocamento.
- Encargos
  - Valores correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, tais como 13º salário, férias, FGTS, entre outros.
- Insumos
  - camiseta e crachá, com valores unitários estimados de R\$ 56,11 (cinquenta e seis reais e onze centavos) e R\$ 26,75 (vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), respectivamente, conforme pesquisa de preços consignada na *Planilha de Custos e Formação de Preços (Completa)* ([1456643](#)).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

**Importante:**

**Insumos**

A Convenção Coletiva de Trabalho RO/2024/2025 (1412345), em sua *Cláusula Trigésima*, prevê o fornecimento de uniforme completo, compreendido, no mínimo, por “02 calças, 02 camisas, 01 crachá e 01 par de calçados, com substituição a cada seis meses”. Referida cláusula ainda prevê o fornecimento de EPIs, no entanto, apenas quando houver risco ocupacional. No presente caso, tal risco é inexistente, por serem as atividades exclusivamente administrativas, sem exposição a agentes nocivos, sem insalubridade e sem qualquer ambiente que justifique o uso de equipamentos de proteção.

**Auxílio-transporte**

Acerca do auxílio-transporte, a CCT estabelece disciplina diferenciada conforme a localidade de prestação dos serviços. Em seus termos, nas cidades ou locais em que inexistente transporte público regular e em que os trabalhadores utilizam meios alternativos de deslocamento para o comparecimento ao trabalho, é estabelecido o pagamento de reembolso mensal das despesas de transporte, a ser pago em contracheque/holerite, **no valor de até R\$ 139,72 (cento e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), sem incidência do desconto de 6% (seis por cento).**

Conforme levantamento acerca das condições locais de transporte (1448161):

- I. a Capital dispõe de transporte público regular, *com tarifa unitária de R\$ 3,00*;
- II. os municípios de Cacoal (RO) e Vilhena (RO) possuem transporte público regular, porém *com tarifa zero*;
- III. os demais municípios abrangidos pela contratação *não dispõem de sistema de transporte público regular*.

Vale destacar que essa previsão impacta a composição dos custos da Planilha de Custos e Formação de Preços dos postos que serão alocados nessas três particularidades. Em outros termos, qualquer cálculo sobre o valor do posto apresenta diferenciação, a exemplo das horas extras. Tais fatores são considerados nestes estudos, conforme adiante demonstrado.

O detalhamento do valor total estimado encontra-se no item 10 deste estudo.

**Solução Escolhida:**

( x ) Sim

Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: A insuficiência do quadro permanente de servidores para atender à demanda extraordinária do período eleitoral torna a contratação de apoio administrativo medida necessária e viável técnica e economicamente. A solução garante o reforço da força de trabalho para a execução eficiente do processo eleitoral, mitigando o risco de comprometimento da regularidade das atividades essenciais.

( ) Não.

**Outras soluções: Descrever:** \_\_\_\_\_.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo, na categoria profissional Auxiliar Administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada a atender às demandas das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior de Rondônia durante as Eleições Gerais de 2026.

A contratação compreende 52 (cinquenta e dois) postos de trabalho, distribuídos entre a Capital e o Interior, conforme quantitativos, locais e períodos de execução definidos na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4				
Grupo/Lote	Descrição	Quantidade*	Local	Período de execução
1	Serviço: Prestação de Serviços de Apoio Administrativo Categoria profissional: Auxiliar Administrativo Código CBO: 4110-05	10	Zonas da Capital (7) Zonas Interior (3)	1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias)
	Classificação CATSERV: Grupo 911, Serviço 5380	42	Zonas do Interior	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

\* A composição dos quantitativos observa a seguinte distribuição: (i) **Planilha 1 – Capital/Interior (com transporte)** e (ii) **Planilha 2 – Interior (sem transporte)**.

Os postos de trabalho serão ocupados por profissionais enquadrados no código nº 4110-05 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), regidos pela Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o nº RO000003/2025, ou por instrumento coletivo que venha a substituí-la durante a vigência contratual.

Integram o escopo da solução, de forma indissociável, as provisões necessárias ao atendimento de demandas extraordinárias e de deslocamento, estimadas em:

1. 70 (setenta) diárias para colaboradores;
2. 15 (quinze) passagens rodoviárias;
3. 2.288 (duas mil, duzentas e oitenta e oito) horas extraordinárias.

Nos deslocamentos intra ou intermunicipais, inclusive para distritos ou zonas rurais, a contratada deverá fornecer os bilhetes de passagem, exceto quando o transporte for disponibilizado por veículo oficial do Tribunal. Deverá, ainda, antecipar ao empregado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, o valor unitário da diária fixado em R\$ 374,25, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

As despesas com diárias, passagens e horas extraordinárias efetivamente prestadas serão ressarcidas mediante fatura mensal específica, acompanhada dos respectivos comprovantes.

O objeto contempla, ainda, o fornecimento, por posto de trabalho, de 2 (duas) camisetas personalizadas e 1 (um) crachá de identificação, a serem entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do início da execução contratual.

A vigência contratual terá início na data da última assinatura das partes e término em 30 de dezembro de 2026, abrangendo o período de execução dos serviços descritos na Tabela 4, acrescido de 66 (sessenta) dias destinados ao cumprimento das obrigações administrativas e aos procedimentos de encerramento contratual.

Observa-se, a partir da descrição, que as especificações do objeto são usuais de mercado: quantitativos, cronogramas, jornada de trabalho e enquadramento ocupacional – categoria com competências, formação e atribuições compatíveis com atividades rotineiras e padronizadas inerentes ao objeto; somam-se observância de instrumento coletivo e previsões padronizadas de custos acessórios (horas extras, diárias e insumos). Em outros termos, caracterizam-se como serviços comuns: padrões de desempenho e qualidade objetivamente delineados.

## **7.1 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**7.1.1** A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

( x ) **Não;**

Embora a contratação seja remunerada por postos de trabalho – o que, sob análise estritamente formal, poderia sugerir o enquadramento na hipótese prevista na segunda parte do inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 –, a demanda é certa, com prazo e quantitativos definidos, conforme demonstrado neste ETP. Trata-se, portanto, de contratação pontual, única e não repetitiva, incompatível com a lógica do Sistema de Registro de Preços, que pressupõe, em termos gerais, incerteza quanto à demanda, contratações futuras e sucessivas ou necessidade de flexibilidade quanto aos quantitativos. Tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), notadamente no Acórdão nº 546/2024 – Plenário, segundo o qual o SRP não se mostra adequado quando a Administração possui pleno conhecimento da necessidade, dos quantitativos e do momento da contratação.

Nada obstante, procedeu-se à consulta ao Painel de Intenções de Registro de Preços (IRP), com vistas à verificação de eventual intenção compatível ([1436690](#)), tendo sido identificadas as seguintes iniciativas:

- a) IRP nº 153080 – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Processo 00030/2025; e
- b) IRP nº 195018 – 10ª Superintendência Regional da CODEVASF – Processo 00009/2025.

Após análise, constatou-se a inviabilidade de aproveitamento de ambas. A IRP nº 195018 – CODEVASF não contempla o posto de Auxiliar Administrativo, divergindo do objeto pretendido. A IRP nº 153080 – UFPE,



embora contemple referido posto, exige a apresentação de documentos e manifestações específicas já na fase de intenção, o que não se mostra possível diante da ausência desses elementos no processo.

Diante do exposto, conclui-se pela inviabilidade de ingresso em IRP ou de adoção do Sistema de Registro de Preços, devendo a solução ser processada por licitação autônoma, porquanto *adequada à natureza certa, temporária e integral da demanda*.

- ( ) **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023:
- ( ) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- ( ) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- ( ) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- ( ) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

*Não se aplica, pois não haverá SRP.*

#### **7.1.2 Se positivo, informar:**

- ( ) Não há RP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.
- ( ) Há RP vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

*Não se aplica.*

#### **7.1.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?**

- ( ) Não;
- ( ) Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):
- ( ) É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;
- ( ) Trata-se de alimento perecível.

#### **7.1.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.**

*Não se aplica (item 7.2).*

**7.2** A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes justificativas (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023):

- ( ) Não há RP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.
- ( ) Há RP vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

*Não se aplica (item 7.2.1).*

#### **7.2.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):**

I - Vantagem do ingresso: **Descrever:** \_\_\_\_\_.

II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: \_\_\_\_\_:

*Não se aplica (item 7.2.2).*

**7.2.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):**

I – Vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: \_\_\_\_\_.

II – Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, conforme consultas de preços realizadas, juntadas nos eventos: \_\_\_\_\_.

III – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (juntar os documentos e citar os eventos): \_\_\_\_\_.

IV – Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: \_\_\_\_\_.

**8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**Nº Item/grupo:** 1

**Descrição:** Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria profissional: Auxiliar Administrativo.

**Unidade:** Posto

**Quantidade:** 52

**Justificativa:**

O quantitativo estimado de 52 (cinquenta e dois) postos de trabalho decorre de levantamento formal realizado junto às Zonas Eleitorais ([1428126](#)), aliado à compilação e à análise das demandas efetivamente verificadas nos pleitos eleitorais de 2022 e 2024 ([1454788](#) e [1456643](#)), bem como dos ajustes realizados entre as Secretarias de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e as Zonas Eleitorais, conforme consignado no r. Despacho nº 523/2026 ([1486684](#)).

A estimativa baseou-se em critérios objetivos e verificáveis, tais como a extensão territorial das Zonas Eleitorais, o número de locais de votação sob sua jurisdição, a dispersão geográfica – especialmente nos casos de Zonas que abrangem mais de um município ou distrito –, bem como a disponibilidade de servidores efetivos e requisitados. Considerou-se, ainda, a opção manifestada pelas Zonas Eleitorais quanto à alocação exclusiva de postos de Auxiliar Administrativo, em substituição ao posto de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A distribuição dos 52 (cinquenta e dois) postos de trabalho em dois grupos decorre do planejamento da execução contratual, consideradas as diferenças de localidade e a incidência das regras da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), especialmente no que se refere ao custo do auxílio-transporte.

O objeto contempla, ainda, a previsão de valores destinados a eventuais despesas com deslocamentos (diárias e passagens) e à realização de serviços extraordinários, vinculados aos postos de trabalho, cujos quantitativos fundamentam-se no histórico dos pleitos anteriores ([1451488](#)) e nas manifestações formais das Zonas Eleitorais.

**1. Diárias**

Estima-se o total de 70 (setenta) diárias, destinadas a deslocamentos indispensáveis entre Zonas Eleitorais ou entre a Zona Eleitoral e os respectivos locais de votação, inclusive em outros municípios, distritos ou zonas rurais remotas sob sua jurisdição, conforme distribuição indicada na Tabela 5.

Tabela 5		
Quantidade/Por ZE	Zonas Eleitorais (ZE)	Total de ZEs no Grupo
10	28 <sup>a</sup>	1
8	32 <sup>a</sup>	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

6	35 <sup>a</sup>	1
4	17 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup>	2
3	1 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 13 <sup>a</sup> , 16 <sup>a</sup> , 18 <sup>a</sup>	5
2	3 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> , 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 15 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup> , 26 <sup>a</sup> , 27 <sup>a</sup> , 30 <sup>a</sup>	9
1	2 <sup>a</sup> , 25 <sup>a</sup> , 29 <sup>a</sup>	3
0	4 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 9 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> , 21 <sup>a</sup> , 34 <sup>a</sup>	7
-	Total de Zonas	29
2	Reserva Técnica	-

Do total previsto, 68 (sessenta e oito) diárias possuem destinação definida, conforme a Tabela 5, e 2 (duas) diárias correspondem à reserva técnica, a serem utilizadas conforme necessidade superveniente durante a execução.

Estima-se, ainda, o quantitativo de 15 (quinze) passagens rodoviárias, a serem distribuídas conforme a demanda efetivamente verificada ao longo da execução.

## 2. Horas extraordinárias

Estima-se o total de 2.288 (duas mil, duzentas e oitenta e oito) horas extraordinárias, destinadas à cobertura de jornadas excepcionais necessárias à execução das atividades preparatórias e operacionais do processo eleitoral, assim distribuídas:

- 208 (duzentas e oito) horas para as antevésperas do pleito (sextas-feiras);
- 624 (seiscentas e vinte e quatro) horas para as vésperas; e
- 1.456 (mil quatrocentas e cinquenta e seis) horas para o dia do pleito.

As estimativas consideram, em todos os casos, as necessidades relativas tanto ao primeiro quanto ao segundo turno das eleições.

## 3. Insumos

Quanto aos insumos, estimam-se 2 (duas) camisetas e 1 (um) crachá por posto de trabalho.

Embora a Convenção Coletiva de Trabalho RO/2024/2025 ([1412345](#)), em sua *Cláusula Trigésima*, preveja o fornecimento de uniforme completo, entendido, no mínimo, como “02 calças, 02 camisas, 01 crachá e 01 par de calçados, com substituição a cada seis meses”, a aplicação literal dessa exigência mostra-se desproporcional ao objeto em análise.

Para o propósito, cumpre reiterar que a execução contratual possui duração reduzida, estimada em 55 (cinquenta e cinco) dias, período significativamente inferior ao ciclo semestral previsto na norma coletiva. Soma-se a isso o prazo previsto para disponibilização dos insumos, de até 10 (dez) dias úteis após o início da execução contratual, o que reduz ainda mais o tempo de utilização efetiva desses materiais.

Nesse contexto, a exigência ora definida revela-se adequada e proporcional, por restringir-se a insumos em quantitativos mínimos e estritamente necessários à execução do objeto. A medida evita a imposição de encargos desnecessários à contratação, previne distorções na planilha de custos e observa o princípio da economicidade.

Registre-se, por fim, que o quantitativo de insumos proposto encontra respaldo no histórico do pleito eleitoral de 2024, ocasião em que foi adotada a mesma proporção, com resultados satisfatórios na execução contratual.

**Apresentadas as justificativas sucintas acima acerca dos quantitativos de postos, diárias e horas extras, cabe aprofundar a fundamentação, destacando-se os critérios de cálculo, os elementos de convicção e os documentos produzidos para esse fim.**

DO APROFUNDAMENTO ACERCA DOS QUANTITATIVOS FINAIS ACIMA DESCRITOS

O levantamento inicial, consubstanciado na Informação nº 291/2025 ([1412186](#)), estimou, preliminarmente, a necessidade de 29 postos de trabalho (1 por Zona Eleitoral - ZE), 116 diárias (4 por ZE) e 1.392 horas extras (48h por ZE), com custo total estimado em R\$ 824.294,00, considerado o orçamento disponível de R\$ 924.383,64.

Submetida a proposta às Zonas Eleitorais, as manifestações consolidadas indicaram necessidade adicional de 17 postos, 91 diárias e 1.100 horas extras, conforme detalhado no Resultado do Levantamento da Necessidade ([1428126](#)), especialmente em seu Quadro 3.

O impacto global dessas solicitações representaria acréscimo de 51,43% sobre a proposta inicial, superando a margem orçamentária disponível de R\$ 100.089,64, prevista naquele levantamento inicial para eventuais ajustes após a consolidação das manifestações. Tal cenário demandou a construção de proposta viável de atendimento parcial das demandas, com base em critérios objetivos, tais como complexidade operacional, abrangência territorial, ruralidade e déficit de servidores.

Nesse contexto, projetaram-se inicialmente 7 postos adicionais, 53 diárias e 115 horas extraordinárias, consignando-se que tais quantitativos permaneceriam sujeitos à reavaliação ao longo dos estudos e da pesquisa de preços. Esta última, dada sua relevância para a estimativa do valor do posto, poderia resultar em valores inferiores aos inicialmente considerados, possibilitando, caso confirmada essa hipótese, ajustes nas estimativas e eventual ampliação dos quantitativos.

Com o avanço das análises, procedeu-se à comparação com os quantitativos efetivamente utilizados nos pleitos de 2022 e 2024. Os levantamentos encontram-se juntados aos autos sob os títulos “*Resultado do Levantamento das Diárias Utilizadas pelas Zonas Eleitorais (ZEs) nas Eleições Anteriores e Elaboração de Estimativa para 2026*” ([1451488](#)) e “*Resultado do Levantamento de Postos*” ([1454788](#)), além de constarem, juntamente com as demais informações, na Planilha de Custos e Formação de Preços (Completa), juntada no evento [1456643](#).

É à vista desse histórico que se concluiu no âmbito do Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 ([1464869](#)) e do Termo de Referência nº 1/2026 ([1465158](#)) serem os quantitativos estimados (ali estimados) suficientes para o atendimento da demanda. Nesses documentos, em linhas sintéticas:

- i. viabilizou-se o acréscimo de 11 (onze) postos de trabalho, por período reduzido, não obstante a consistência das justificativas apresentadas para a concessão de 17 (dezessete) postos adicionais;
- ii. procederam-se ajustes nas horas extraordinárias, com a inclusão das antevésperas, não previstas inicialmente, mas identificadas como necessárias a partir dos apontamentos apresentados pelas Zonas Eleitorais. Registre-se que tal adequação foi possível em razão do redimensionamento, para as sextas-feiras, de 4 (quatro) horas das 10 (dez) horas anteriormente previstas para os sábados, após levantamento específico que *evidenciou a necessidade de manutenção da jornada ordinária de 4 (quatro) horas nesses dias*. Ademais, o orçamento comportou acréscimos pontuais.

## 2. Diárias:

- i. a média histórica apurada nos pleitos de 2022 e 2024 resultou no quantitativo de 49 (quarenta e nove) diárias;
- ii. a quantidade adicional pleiteada de 91 (noventa e uma) diárias, que, somada à previsão inicial de 116 (cento e dezesseis), totalizaria 207 (duzentas e sete), mostrou-se desproporcional;
- iii. aplicou-se, portanto, acréscimo de 40% sobre a média histórica, resultando no quantitativo final de 70 (setenta) diárias, acrescidas de 2 (duas) diárias destinadas à reserva técnica.

Posteriormente, verificou-se ([1468168](#) e [1475467](#)) que a previsão orçamentária disponível era inferior à indicada no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026. Após tratativas realizadas entre a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), as Zonas Eleitorais (ZEs), a Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais (COMSEG), a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Diretoria-Geral (DG), conforme registrado no r. Despacho nº 523/2026 ([1486684](#)), procedeu-se à revisão do dimensionamento da contratação.

Em decorrência desses ajustes, o quantitativo de postos foi ampliado para 52 (cinquenta e dois) postos, passando cada uma das Zonas Eleitorais a receber 2 (dois) postos de trabalho, exceto as 8ª, 11ª, 13ª, 19ª, 21ª e 27ª Zonas Eleitorais, que permaneceram com 1 (um) posto cada, todos para período único de 55 (cinquenta e cinco) dias.

Permaneceram inalterados os quantitativos estimados de horas extraordinárias e diárias.

## 9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

### Haverá parcelamento?

( x ) **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque:

( ) é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos.

( x ) Outra justificativa:

A contratação restringe-se à categoria profissional Auxiliar Administrativo, destinada à execução de serviços de apoio administrativo, configurando-se, portanto, objeto de natureza *una*. O quantitativo e a organização dos postos de trabalho, fixados em 52 (cinquenta e dois) postos distribuídos em dois grupos, decorrem exclusivamente de decisões de planejamento e de variações nos itens que compõem os custos dos postos.

Explica-se.

Em razão das quantidades de postos inicialmente pleiteadas pelas Zonas Eleitorais (ZEs), superiores à capacidade orçamentária disponível, os estudos demonstraram que, mediante a adequação do planejamento às limitações financeiras, a priorização das localidades com demandas mais relevantes e o ajuste na disponibilização do tipo de posto (substituição do posto de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC por posto de Auxiliar Administrativo), seria possível viabilizar a disponibilização de 23 (vinte e três) postos adicionais para determinadas ZEs que assim optaram.

No que se refere às variações nos itens que compõem os custos dos postos, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) estabelece a obrigatoriedade do auxílio-transporte, cujo valor varia conforme a localidade. Conforme levantamento realizado ([1448161](#)), as tarifas apresentam valores distintos entre a Capital e o Interior, sendo que, em muitos municípios, inexistente transporte público regular, incidindo o pagamento de valor fixo indenizatório previsto na CCT.

Identificaram-se, assim, dois patamares de custo unitário mensal: R\$ 8.947,83 (localidades com transporte público regular) e R\$ 9.115,83 (localidades sem transporte público regular, com pagamento de indenização fixa).

Em síntese, a necessidade de elaboração de duas planilhas de custos decorre exclusivamente da variação do custo de deslocamento, calculado com base em tarifa pública ou em indenização fixa.

À luz dessas justificativas e da análise do conjunto deste estudo, evidencia-se que configuração diversa do objeto, como a divisão em lotes por região, acarretaria fragmentação da contratação, com multiplicação de contratos, dispersão de responsabilidades e aumento injustificável dos riscos operacionais em cronograma crítico e de curto prazo, revelando-se, portanto, antieconômica.

Dessa forma, a centralização da execução *mostra-se essencial para assegurar a eficiência da gestão* e a uniformidade da fiscalização. Tal diretriz alinha-se ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme se extrai, exemplificativamente, dos [Acórdãos nº 5.260/2011 – 1ª Câmara](#) e [nº 861/2013 – Plenário](#).

( ) **Sim**, a solução será **dividida em itens**.

( ) Serão formados **lotes** pela divisão de itens? Não é o caso.

( ) Não;

( ) Sim.te

**Se positivo, justificar :** \_\_\_\_\_,

( ) Serão formados **grupos compostos por itens**? Não é o caso.

( ) Não;

( ) sim.

**Se positivo, justificar** a vantagem técnica e econômica do **agrupamento**: \_\_\_\_\_.

## 10. VALOR ESTIMADO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

**10.1** O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.042.184,07 (um milhão, quarenta e dois mil cento e oitenta e quatro reais e sete centavos), conforme as pesquisas de preços realizadas e consolidadas no item 6.1 e as quantidades estimadas no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), cuja análise detalhada consta no ICVEC ([1434148](#)).

**10.1.1** Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo sintético do valor estimado da contratação:

Tabela 6					
DEMONSTRATIVO DO VALOR ESTIMADO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Posto	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Mensal	Período de Execução	Valor Total
Auxiliar Administrativo	10	R\$ 8.947,83	R\$ 89.478,30	1º/9/2026 a 25/10/2026	R\$ 164.043,55
	42	R\$ 9.115,83	R\$ 382.864,86		R\$ 701.918,91
1 - Sub-total Valor Postos	52	-	R\$ 472.343,16		R\$ 865.962,46
2 - Estimativa de horas extras para os 52 postos					R\$ 149.563,46
3 - Estimativa de deslocamento (diárias e passagens) para todos os postos					R\$ 26.658,15
Valor Total Estimado da Contratação (1+2+3)					R\$ 1.042.184,07

**10.1.2** O valor unitário da diária foi fixado em R\$ 374,25 (trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), nos termos da Cláusula Quinta do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024/2025, firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão-de-Obra do Estado de Rondônia (SEAC-RO), CNPJ nº 63.762.496/0001-50, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia (SINTEL-RO), CNPJ nº 34.481.556/0001-69 ([1448019](#)).

**10.1.2.1** O valor unitário da diária será atualizado de acordo com as disposições das novas Convenções Coletivas de Trabalho que venham a ser firmadas durante a vigência contratual.

**10.1.3** A estimativa das horas extras foi calculada com base na remuneração do posto de trabalho, acrescida do adicional legal mínimo de 50% (cinquenta por cento) ou de 100% (cem por cento), conforme o caso, observados os quantitativos de cada modalidade, nos termos do item 8 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), com a incidência do Descanso Semanal Remunerado (DSR), quando aplicável, bem como dos encargos sociais, trabalhistas e tributários pertinentes.

**10.2** A fonte orçamentária da despesa está indicada no quadro adiante:

Tabela 7				
FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) (R\$)
Pleito	Contrato de terceirização de Apoio Administrativo - Eleições 2026	FUN APOIO	R\$ 400.000,00	Não se aplica
	Terceirização de Limpeza e Conservação - Adicional para horas extras	FUN LIMPEZ	R\$ 192.878,84	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

	Terceirização de Apoio Administrativo - Adicional para diárias e horas extras	FUN APOIO	R\$ 340.036,82	
	Adicional ao contrato de Suporte de TIC à eleição	IES APOIO	R\$ 449.305,23	
Total por exercício financeiro			R\$ 1.042.184,07	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Fortes orçamentárias indicadas conforme o r. Despacho 523/2026/SAOFC ( <a href="#">1486684</a> )				
Nota 34: Sendo necessário, incluir colunas com os demais exercícios.				

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

( x ) Ganho de produtividade

Expande-se, com a ampliação do quantitativo humano, a capacidade de execução das atividades administrativas e operacionais, possibilitando às Zonas Eleitorais a realização célere, coordenada e eficiente das atividades e, frise-se, dentro dos prazos e parâmetros legais estabelecidos, cujo cumprimento é imprescindível para o êxito do pleito.

( ) Não se aplica.

( x ) Redução de esforço

Distribuição equilibrada das tarefas e redução da sobrecarga de trabalho sobre os servidores efetivos, especialmente nas fases críticas de preparação — notadamente na semana que antecede os pleitos eleitorais — e execução, garantindo, com isso, maior dedicação às atividades típicas e resultando, por consequência, em maior eficiência e melhor qualidade de vida funcional.

Vale registrar que, embora a realização de eleições seja uma experiência gratificante e sempre *única*, é notoriamente extenuante e exige elevado esforço, mental e físico, dos servidores.

( ) Não se aplica.

( x ) Redução de custo

Há a diminuição da necessidade de elaboração de horas extraordinárias pelos servidores e de deslocamentos eventuais de servidores da sede para suprir demandas em determinadas localidades além das de praxe, evitando o pagamento de diárias e horas extras. Soma-se a isso a mitigação dos riscos de ineficiência decorrentes da sobrecarga de atividades sobre o quadro permanente. Em síntese, possibilita o uso racional dos recursos orçamentários e humanos.

( ) Não se aplica.

( x ) Redução de uso de recursos

Além da prevenção da sobrecarga, a suplementação com mais um participante no processo resulta em melhor organização, logística e padronização das atividades eleitorais e, por conseguinte, em maior eficiência operacional e redução de desperdícios de tempo e insumos, para citar alguns. Em síntese, resulta na racionalização do emprego dos recursos administrativos, econômicos e materiais.

( ) Não se aplica.

( x ) Melhoria de controle

Melhor organização e controle dos procedimentos e fases. Com o apoio – disponibilizado de forma contínua e específica em tempo bem anterior aos dias dos pleitos e, conseqüentemente, capacitado e orientado quanto às rotinas –





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

, é possibilitada às ZEs a sua utilização para a organização e o controle, e o repasse de orientações e informações pontuais, para os consideráveis quantitativos de servidores requisitados e cidadãos nomeados para prestarem seus serviços à Justiça Eleitoral, muitas das vezes demandados próximos aos dias dos pleitos e, por essa razão, sem os conhecimentos necessários e precisando, além da obtenção desses, de direcionamentos e acompanhamentos atenciosos.

( ) Não se aplica.

( x ) Redução de riscos

Minimização de riscos de atrasos, falhas logísticas ou descumprimento de prazos legais.

( ) Não se aplica.

( x ) Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa

Atendimento às diretrizes, cumprimento do cronograma e dos prazos definidos pela legislação eleitoral e pelas normas administrativas internas. Dito de outra forma, execução tempestiva das etapas do processo eleitoral.

( ) Não se aplica.

( ) Melhoria/adequação nas instalações físicas

Informar: \_\_\_\_\_.

( x ) Não se aplica.

( ) Outro

Informar: *Sem mais.*

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS  
MITIGADORAS**

Como demonstrado, a contratação em vista não gera impactos ambientais diretos significativos, uma vez que possui como objeto a prestação de serviços de natureza eminentemente administrativa, a serem executados em instalações já existentes e devidamente estruturadas. Ainda assim, a execução contratual observará práticas administrativas sustentáveis, em conformidade com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) deste Tribunal e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), nos termos delineados no item 5 deste Estudo.

Nesse contexto, serão adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

1. Redução do consumo de papel e demais insumos, privilegiando-se o uso de meios digitais para comunicações, tramitações processuais e registros administrativos.
2. Racionalização do uso de equipamentos elétricos (computadores, impressoras e iluminação), com desligamento ao final da jornada e observância de boas práticas de economia de energia.
3. Uso responsável da água, mediante orientação aos colaboradores terceirizados quanto ao emprego adequado das instalações sanitárias e de copa.
4. Gestão adequada dos resíduos comuns, assegurando seu correto descarte nos recipientes disponibilizados pelo Tribunal, além do estímulo à separação básica entre resíduos recicláveis e não recicláveis, quando aplicável.
5. Evitação de impressões desnecessárias, limitando o uso de impressoras aos casos estritamente indispensáveis ao serviço, em consonância com as práticas administrativas sustentáveis já adotadas pelo TRE-RO.

6 - Adoção de boas práticas socioambientais pela contratada, com orientação contínua aos seus empregados quanto ao comportamento sustentável no ambiente de trabalho, incluindo a utilização de uniformes de maior durabilidade, resistentes e de fácil higienização.

7. Previsão, no Termo de Referência, da participação dos gestores, fiscais e colaboradores vinculados ao contrato no curso “Sustentabilidade na Administração Pública”, ofertado pela Escola Virtual de Governo (EV.G/ENAP).

Registra-se que este Tribunal possui tradição institucional consolidada na promoção da sustentabilidade, amparada por normativos internos específicos e pelo suporte permanente da Assessoria de Sustentabilidade. Os servidores desta Justiça Especializada encontram-se, portanto, plenamente familiarizados com tais diretrizes e com sua aplicação prática, o que contribui para a efetiva observância das medidas aqui descritas durante a execução dos serviços nas dependências das Zonas Eleitorais e da Sede.

Adicionalmente, o Gestor ou Fiscal do contrato encaminhará os autos à Assessoria de Sustentabilidade para que esta, se entender pertinente, ofereça orientações e informações complementares, inclusive por meio de palestras, preferencialmente em formato *on-line*, contando, para tanto, com a colaboração das Zonas Eleitorais na disponibilização dos colaboradores terceirizados pelo tempo necessário.

Dessa forma, conclui-se que a execução contratual mantém integral aderência às práticas de sustentabilidade administrativa adotadas pelo TRE-RO.

### 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

( x ) Sim

( ) Não

Justificativa

A contratação demonstra-se adequada porque:

i. contempla categoria profissional compatível, quantitativo de postos de trabalho e configuração de distribuição ajustados às necessidades das unidades, na medida permitida pela disponibilidade orçamentária, de modo a assegurar, ao menos, 1 (um) posto em cada uma das 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais (ZE), com acréscimo de mais 1 (um) posto para as 23 (vinte e três) ZEs que optaram pela alocação de segundo posto de Auxiliar Administrativo em substituição ao Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

ii. construída com base na análise do histórico de contratações anteriores, em levantamentos específicos e na participação ampla das unidades interessadas;

iii. prevê mobilização em período único, bem como horas extraordinárias e diárias, sendo o dimensionamento compatível com os períodos de maior criticidade e com a dinâmica operacional de cada Zona Eleitoral (ZE);

iv. apresenta estimativa de custos alinhada às condições de mercado, elaborada com base nos valores previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e na legislação aplicável, bem como, quanto aos insumos, nos preços obtidos em contratações da Administração e em pesquisa junto a fornecedores, com posterior comparação do valor global dos postos com aqueles praticados em contratações similares;

v. revela-se compatível com a legislação aplicável, as diretrizes de governança institucional, com o Plano Estratégico vigente, com os requisitos de sustentabilidade e com as políticas afirmativas adotadas pela Administração, contribuindo, inclusive, para a promoção da equidade de gênero.

Por tais razões, conclui-se pela adequação, necessidade e vantajosidade da contratação, como medida indispensável ao atendimento da demanda, nos termos delineados neste estudo.

**Unidade Demandante**

*José Barbosa Pereira Junior*

*Chefe de Seção (SEAP)*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

---

**Equipe de Planejamento da Contratação**

*José Barbosa Pereira Junior*

*Integrante*

*Alexandre Gonçalves Oliveira*

*Integrante*

*Cássio Ramos Félix*

*Integrante*

*Ivair Simão de Souza*

*Integrante*

---

0001764-85.2025.6.22.8000

1486817v5